

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

ICA 37-979

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PARA O
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA
AEROESPACIAIS
(CPEA)**

2023

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO



ENSINO

ICA 37-979

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PARA O
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA
AEROESPACIAIS
(CPEA)**

2023



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS Nº 438/DPE, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

Aprova a edição da Instrução que estabelece o “Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA)”, ICA 37-979.

O DIRETOR DE ENSINO, considerando o disposto no Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, e no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, inciso III, e art. 9º, inciso XII do Regulamento da Diretoria de Ensino, aprovado pela Portaria Nº 683/GC3, de 16 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 37-979 “Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA)”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2024.

Maj Brig Ar SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA BASTOS JUNIOR
Diretor de Ensino da Aeronáutica

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	7
1.1	<u>FINALIDADE</u>	7
1.2	<u>ÂMBITO.....</u>	7
1.3	<u>CONCEITUAÇÕES</u>	7
1.4	<u>SIGLAS E ABREVIATURAS</u>	8
2	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	11
2.1	<u>IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE ENSINO.....</u>	11
2.2	<u>INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO</u>	11
2.3	<u>BASE LEGAL DO CURSO</u>	12
2.4	<u>COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DO PPC.....</u>	12
3	APRESENTAÇÃO DO CURSO.....	13
3.1	<u>CONTEXTUALIZAÇÃO.....</u>	13
3.2	<u>PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO</u>	15
3.3	<u>JUSTIFICATIVA DO CURSO</u>	16
3.4	<u>FORMAS DE ACESSO.....</u>	16
4	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	17
4.1	<u>DIRETRIZ DE ENSINO.....</u>	17
4.2	<u>DIRETRIZ DE METODOLOGIA CIENTÍFICA</u>	18
5	OBJETIVOS DO CURSO.....	19
5.1	<u>OBJETIVOS GERAIS</u>	19
5.2	<u>OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</u>	19
6	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	20
7	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	21
7.1	<u>CONTEÚDOS CURRICULARES</u>	21
7.2	<u>MATRIZ CURRICULAR.....</u>	21
7.3	<u>FLUXOGRAMA CURRICULAR.....</u>	23
7.4	<u>INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR.....</u>	23
8	METODOLOGIA DE ENSINO PARA O CURSO	24
9	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	25
9.1	<u>SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO</u>	25
9.2	<u>PONTOS DE CORTE.....</u>	26

9.3	<u>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)</u>	26
9.4	<u>APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO</u>	26
9.5	<u>CÔMPUTO DE FALTAS</u>	27
10	<u>ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</u>	28
10.1	<u>NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)</u>	28
10.2	<u>ORGÃO COLEGIADO</u>	28
10.3	<u>COORDENAÇÕES</u>	28
10.4	<u>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO</u>	29
10.5	<u>PARCERIAS ESPECÍFICAS</u>	29
10.6	<u>CORPO DOCENTE</u>	29
11	<u>APOIO AO DISCENTE</u>	31
11.1	<u>ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO</u>	31
12	<u>INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO</u>	32
13	<u>INFRAESTRUTURA</u>	33
13.1	<u>ASPECTOS DA ÁREA FÍSICA</u>	33
13.2	<u>TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDIC) NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM</u>	33
14	<u>AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</u>	35
15	<u>DISPOSIÇÕES FINAIS</u>	37
	<u>REFERÊNCIAS</u>	38
	<u>ANEXO A – EMENTÁRIOS</u>	40
	<u>ANEXO B – FICHAS DE AVALIAÇÃO DO ENSAIO ACADÊMICO</u>	54
	<u>ANEXO C – FICHA DE AVALIAÇÃO DE EXPOSIÇÃO ORAL (CPEA)</u>	60
	<u>ANEXO D – FICHA DE NOTIFICAÇÃO DE REPROVAÇÃO</u>	61
	<u>ANEXO E – REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO DE REPROVAÇÃO</u>	62

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Esta Instrução tem por finalidade estabelecer o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para o Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA).

1.2 ÂMBITO

Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

1.3 CONCEITUAÇÕES

1.3.1 ÁREA DE CONHECIMENTO

As áreas do conhecimento são amplas categorias que agrupam diferentes disciplinas e campos de estudo baseados em temas, métodos e objetivos comuns. Assim, as áreas do conhecimento abrangem desde as ciências naturais e exatas até as ciências humanas e sociais, cada uma com suas próprias características e desafios.

1.3.2 AVALIAÇÃO FORMATIVA

Modalidade de avaliação que ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem e que visa averiguar o grau de domínio pelos instruídos dos conteúdos ministrados, tendo em vista efetuar modificações no processo ensino-aprendizagem e, se necessário, sanar as deficiências existentes. Os resultados obtidos não são utilizados para aprovar ou classificar os instruídos (MCA 10-4).

1.3.3 AVALIAÇÃO SOMATIVA

Modalidade de avaliação que ocorre ao final de uma unidade disciplinar, semestre, série, curso ou estágio, e que visa a classificar, aprovar ou dar graus aos instruídos, sobre seu aproveitamento escolar (MCA 10-4).

1.3.4 DISCIPLINA

Fração em que se dividem as áreas de ensino. Constitui um conjunto de informações organizadas de maneira sistemática, que se refere a um determinado campo de conhecimentos ou habilidades (MCA 10-4).

1.3.5 EIXO

É um mecanismo para caracterizar a forma agrupada de disciplinas que possuem conhecimentos e aplicações científicas que se utilizam de critérios de base epistemológica única e representam uma formação específica (ICA 37-836).

1.3.6 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

É a sequência ordenada de disciplinas, hierarquizadas por meio de pré-requisitos, cujo integral cumprimento dará direito ao OA (OA) o certificado. A integralização curricular apresenta a listagem dos componentes de cada etapa (módulos) e orienta a sequência do início à conclusão das atividades do curso (ICA 37-836, com adaptações).

1.3.7 ÓRGÃO COLEGIADO

Instância de representação de determinado grupo, responsável por tomada de decisões compartilhadas e assessoramento a outros setores.

1.3.8 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

Normativo com vigência plurianual onde se define a missão da Organização de Ensino (OE), seu plano pedagógico institucional e as estratégias para atingir suas metas em consonância com as ações instituídas pelo Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Ensino - PDEE (PCA 37-17, com adaptações).

1.3.9 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)

O PPC é o instrumento de concepção de ensino-aprendizagem de um curso e apresenta características de um projeto, no qual devem ser definidos os seguintes componentes: concepção, estrutura do curso (currículo, corpo docente, corpo técnico-administrativo e infraestrutura), procedimentos de avaliação (dos processos de ensino e aprendizagem e do curso), instrumentos normativos de apoio (composição do colegiado, procedimentos de estágio, Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, etc.), entre outros. O documento orienta o que se preconiza para o ensino, focando, separadamente, cada um dos cursos ministrados pela Instituição (ICA 37-17, com adaptações).

1.4 SIGLAS E ABREVIATURAS

AAI	Assessoria de Avaliação Institucional
AIE	Avaliação Institucional do Ensino
APsico	Assessoria Psicopedagógica
ALTCOM	Alto-Comando da Aeronáutica
CACD	Coordenadoria Acadêmica
CAED	Curso de Altos Estudos de Defesa
CCEM	Curso de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
CAEM	Curso de Altos Estudos Militares
CPEAEx	Curso de Política Estratégia e Alta Administração do Exército
CAEPE	Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia
COA	Corpo de OA
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMGEP	Comando-Geral do Pessoal
CPA	Comissão Própria de Avaliação

CPEA	Curso de Política e Estratégias Aeroespaciais
C-PEM	Curso de Política e Estratégias Marítimas
CSD	Curso Superior de Defesa
DIRENS	Diretoria de Ensino
EARA	Estudo de Assunto Relevante para a Aeronáutica
EB	Exército Brasileiro
ECEMAR	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EGN	Escola de Guerra Naval
EMAER	Estado-Maior da Aeronáutica
END	Estratégia Nacional de Defesa
EPEA	Estágio de Política e Estratégia da Aeronáutica
ESD	Escola Superior de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
GEN	Grande Estratégia Nacional
GT	Grupo de Trabalho
IES	Instituição de Ensino Superior
MAER	Ministério da Aeronáutica
MB	Marinha do Brasil
MBA	<i>Master Business Administration</i>
MD	Ministério da Defesa
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NOREG	Normas Reguladoras

OA	OA
ODS	Órgãos de Direção Setorial
OE	Organização de Ensino
PCI	Pedido de Cooperação de Instrução
PDEE	Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Ensino
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEMAER	Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
PLANSET	Plano Setorial
PPAER	Plano de Pessoal da Aeronáutica
PPC	Projeto Político Pedagógico
PPOA	Perfil Profissional do Oficial da Aeronáutica
PUD	Plano de Unidades Didáticas
QOENG	Quadro de Oficiais Engenheiros
SCAV	Subcoordenadoria de Avaliação
SCCC	Subcoordenadoria de Coordenação de Cursos
SCOA	Subcoordenadoria de OA
SCPC	Subcoordenadoria de Planejamento de Cursos
SECPROM	Secretaria de Avaliação e Promoções
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UNIFA	Universidade da Força Aérea
VI	Verificação Imediata

2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE ENSINO

Nome da Organização de Ensino:	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR)
Página Institucional na internet/intranet:	https://www2.fab.mil.br/ecemar/ http://www.ecemar.intraer/
Cidade:	Rio de Janeiro/RJ

2.2 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

Nome do Curso	Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA)		
Níveis (conforme Art. 7º da Lei nº 12.464/2011)	Educação Básica		
	☐	ensino fundamental	
	☐	ensino médio	
	Educação Superior		
	☐	graduação	
	☐	pós-graduação	
	☐	extensão	
	Educação Profissional		
	☒	qualificação profissional	
	☐	educação profissional técnica de nível médio	
☐	educação profissional tecnológica de graduação		
☐	educação profissional tecnológica de pós-graduação		
Fases	☐ Preparação	☐ Formação	☒ Pós-formação
Classificação	Altos Estudos		
Modalidade de Ensino	☒ Presencial	☐ EAD	☐ Semipresencial
Duração do tempo de aula	45 (quarenta e cinco) minutos		
Duração do curso	28 (vinte e oito) semanas		
Carga horária total do curso	762 (setecentos e sessenta e duas) horas		
Certificação	Certificado de Conclusão do Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA).		
Instruções do processo	Plano de Pessoal da Aeronáutica (PPAER) - PCA 30-1; Planejamento do Fluxo de Carreira dos Oficiais da Ativa da Aeronáutica - DCA 36-2; Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (NOREG) - ICA 37-846; e Cursos e Estágios do COMGEP - TCA 37-14.		

2.3 BASE LEGAL DO CURSO

- a) Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011. Dispõe sobre o Ensino da Aeronáutica;
- b) Portaria GABAER nº 547/GC3, de 15 de agosto de 2023. Ativa o CPEA no âmbito de COMAER.
- c) PCA 30-1 - Plano de Pessoal da Aeronáutica (PPAER);
- d) MCA 36-9 - Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica (PPOA);
- e) PCA 37-22 - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR); e
- f) ICA 37-846 - Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (NOREG).

2.4 COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DO PPC

A comissão de elaboração do PPC do CPEA foi instituída por portaria específica, sendo composta por um presidente e demais membros, todos do efetivo da ECEMAR.

3 APRESENTAÇÃO DO CURSO

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Marinha do Brasil (MB), o Exército Brasileiro (EB) e a Força Aérea Brasileira (FAB) – no início da década de 80, visando preparar seus futuros Oficiais-Generais para atuarem na Política e Estratégia, implantaram cursos da mesma natureza, sendo que cada Força Armada (FA) adotou o seu próprio “Método de Planejamento de Ação Política”.

Apesar de terem, a partir daquele momento, cursos independentes, as três escolas militares – ECEMAR, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Escola de Guerra Naval (EGN) – continuaram adotando a filosofia dos cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), ou seja, preparar seus oficiais para atuarem no mais alto nível da Política e da Estratégia, em suas respectivas Forças.

Assim, em dezembro de 1981, por meio do Aviso Ministerial nº 013/GM3, foi criado o Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA), incluído no Regulamento da ECEMAR pela Portaria nº 996/GM3, de 1º de setembro de 1982, como um de seus cursos permanentes. Seu primeiro currículo era semelhante ao então adotado pela ESG para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), com ênfase no planejamento da ação política nacional.

Do documento “Plano Setorial de Ensino”, DMA 37-9, de 23 de janeiro de 1997, do até então Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS), extraímos:

6.2.1 FILOSOFIA DO CURSO

O aluno do CPEA retornará às atividades cotidianas do MAER com uma visão mais ampla da Situação Nacional e do Poder Aeroespacial, em sua concepção doutrinária, e em condições de participar, de modo eficiente e eficaz, da formulação da Política Aeroespacial e do estabelecimento das Estratégias decorrentes.

Com o advento do Ministério da Defesa (MD), em 1999, o CPEA passou a abranger algumas atividades didáticas referentes às FA e à Defesa Nacional (DN), em conjunto com os cursos congêneres ministrados pela EGN, ECEME e ESG.

No ano de 2001, com a finalidade de propiciar aos futuros Oficiais-Generais conhecimentos mais atualizados da área da Administração, o então DEPENS determinou a inclusão, no currículo do CPEA, de um curso de *Master Business Administration* (MBA), com ênfase em Gestão Administrativa em Nível Estratégico, ministrado por uma Instituição de Ensino Superior (IES), credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) e contratada por processo licitatório.

Como resultado das ações de aperfeiçoamento curricular conduzidas pela ECEMAR, no ano de 2010, o perfil do MBA, até então focado em temas de gestão administrativa, recebeu uma nova abordagem voltada para os temas de Política e Defesa. Com isso, o CPEA passa a agregar em seu currículo o MBA de “Gestão em Política e Defesa”, integrando todas as disciplinas ao seu Plano de Unidades Didáticas (PUD), de maneira a atingir os seguintes objetivos:

- a) examinar os principais aspectos relativos à visão política de Defesa Nacional;

- b) discutir questões relativas ao Planejamento Institucional e Militar no âmbito da Aeronáutica;
- c) planejar sistemas de gestão institucional estratégica em ambiente militar; e
- d) elaborar planejamentos de alto nível de Defesa.

Em consequência, aproximadamente 45% da carga curricular do CPEA passou a ser ministrada por professores doutores da IES contratada.

Ainda em 2010, a ECEMAR aprimorou o currículo do CPEA incluindo uma significativa carga horária destinada ao “Estudo de Assunto Relevante para a Aeronáutica (EARA)”. Tal atividade abordava temas estabelecidos anualmente pelo Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER).

Essas mudanças refletiram o resultado da evolução do curso, em decorrência do constante desenvolvimento do Poder Aeroespacial nos campos político-estratégico, científico, tecnológico e organizacional. Além disso, as mudanças curriculares do curso visaram fomentar o pensamento político-estratégico do Poder Aeroespacial (*think-tank*), por meio da qualidade do conteúdo curricular ministrado e, também, do intercâmbio entre as escolas das FA.

Em virtude da reestruturação da fase de pós-formação do Ensino na FAB, o CPEA foi substituído pelo Curso de Altos Estudos Militares (CAEM), por meio da Portaria nº 1660/GC3, de 21 de dezembro de 2016, este último constituído por um Estágio de Política e Estratégia da Aeronáutica (EPEA) e por um dos cursos das Escolas Congêneres no Brasil e no exterior. Tal medida provocou, ainda, a necessidade de modificações curriculares no Curso de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (CCEM), no sentido de absorver subunidades pertencentes à grade curricular do CPEA e não contempladas no EPEA.

Então, a partir de 2017, os OA da Aeronáutica passaram a ser matriculados, em sua maioria, nos cursos de altos estudos com duração de um ano letivo na ESG (CAEPE), na ESD (CAED), na EGN (C-PEM) e na ECEME (CPEAEX); além daqueles designados para matrícula nos cursos equivalentes no exterior.

Em 2021, o PLANSET do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP (PCA 11-114/2020) estabeleceu a diretriz D201409, de responsabilidade da Diretoria de Ensino (DIRENS), que teve como objetivo a realização de um estudo abordando as consequências positivas e negativas, decorrentes do encerramento do Curso de Altos Estudos Militares realizado pelo Comando da Aeronáutica (COMAER), na forma do Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais – CPEA, com vistas à validação da mudança ocorrida, com a implantação do CAEM em novo modelo, a partir de 2017.

Por conseguinte, a realização desse estudo coube à Universidade da Força Aérea (UNIFA), de acordo com o Plano de Trabalho Anual (PTA) da DIRENS para o ano de 2021. Tal estudo ficou a cargo de um Grupo de Trabalho (GT-CPEA 2021), formado por instrutores da ECEMAR.

Em setembro de 2021, foi solicitado pelo Sr. CMTAER adicionar ao estudo uma análise das vantagens e desvantagens de se reativar o CPEA. Consequentemente, foi estabelecida na DCA 11-118/2021 - DIPLAN, de 19/11/21, a diretriz D211405 - Elaborar uma proposta de reativação do Curso de Altos Estudos Militares realizado pelo COMAER (Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais - CPEA).

Após detalhada análise, o GT-CPEA 2021 constatou que algumas das competências previstas para o perfil do egresso do novo curso, de acordo com o PPOA, não estavam sendo atingidas com o formato adotado pelo CAEM, fato que, ao longo dos anos, provocaria uma lacuna no conhecimento aprofundado do Poder Aeroespacial, no nível político-estratégico. Como resultado, o GT CPEA 2021 apresentou três linhas de ação para a reativação do CPEA, no sentido de mitigar os efeitos negativos do modelo adotado a partir de 2017.

Após a deliberação do ALTCOM, o COMGEP, por meio da Portaria COMGEP nº 1.491/3SC2, de 19 de julho de 2022, instituiu outro Grupo de Trabalho (GT-CPEA 2022), com o objetivo de definir a estrutura curricular e os elementos essenciais para a criação do novo Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA), com integrantes da Diretoria de Ensino (DIRENS) e da ECEMAR. Atendendo às demandas do ALTCOM, o GT-CPEA 2022 apresentou novas linhas de ação para o novo CPEA, o qual teria início a partir de 2024.

Assim, em fevereiro de 2023, o ALTCOM decidiu pela adoção de um curso com formato contínuo, na modalidade presencial, com participação no Curso Superior de Defesa (CSD), ministrado pela ESG. Em agosto do mesmo ano, foi assinada a Portaria GABAER nº 547/GC3, de 15 de agosto de 2023, ativando o CPEA no âmbito do COMAER.

3.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO

O Alto-Comando da Aeronáutica verificou a necessidade de aprofundar - para os coronéis dos quadros com acesso ao generalato - os conceitos e as habilidades para planejar o emprego do poder aeroespacial, nos níveis político e estratégico. Essa imersão deve ter ênfase no setor espacial e no domínio cibernético, conforme preconizado na Estratégia Nacional de Defesa (END).

Para a Lei de Ensino da Aeronáutica (Lei nº 12.464/2011), o ensino deve ter como base princípios norteadores relacionados à observância dos valores, virtudes e deveres militares, à formação continuada, à permanente atualização doutrinária, bem como ao aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, dentre outros. Nesse contexto, de acordo com o Art. 11, o CPEA se classifica como curso de altos estudos militares. O curso tem por finalidade capacitar oficiais para o assessoramento da alta administração da Aeronáutica e permitir o aperfeiçoamento profissional continuado ao longo da carreira.

O PDEE prevê o uso de metodologias ativas e o alinhamento do conteúdo com a atuação profissional, além da utilização de atividades complementares, como formas de impulsionar a aprendizagem e o desenvolvimento das competências descritas no PPOA.

Desta forma, o CPEA foi concebido para o desenvolvimento da capacidade de análise de cenários prospectivos que envolvem o poder aeroespacial, com vistas à identificação de tendências na área da Defesa e ao assessoramento, em nível estratégico, da alta administração da Aeronáutica.

O aprofundamento do estudo nessa temática será apoiado pelo exercício acadêmico **Visões do Futuro**, gerenciado pela ECEMAR, no qual os OA irão analisar fatos com potencial de influenciar o planejamento estratégico da Aeronáutica.

O exercício Visões do Futuro é um trabalho em grupo que será realizado no CPEA em parceria com o EMAER e com o Centro de Estudos Estratégicos da UNIFA, buscando aprimorar a visão prospectiva dos OA.

3.3 JUSTIFICATIVA DO CURSO

A Concepção Estratégica Força Aérea 100 (DCA 11-45) estabelece que a capacitação do seu efetivo é uma condição prioritária, pois os militares da FAB serão responsáveis por transformar conceitos em realidade e manter as atuais demandas operacionais durante o desenvolvimento da Força Aérea do Futuro (BRASIL, 2018).

A Lei de Ensino da Aeronáutica divide em três fases o desenvolvimento do ensino, a saber: preparação, formação e pós-formação. O CPEA faz parte da fase de pós-formação, cuja finalidade é qualificar, dentro de cada nível educacional, militares e civis da Aeronáutica para o desempenho dos cargos e exercício das funções que requeiram habilidades e conhecimentos específicos, diferenciados ou aprofundados em relação àqueles ministrados na fase de formação (BRASIL, 2011). A mesma Lei destaca, ainda, a categoria dos Cursos de Altos Estudos Militares como aquela que qualifica os egressos qualificarão para o exercício das funções de Estado-Maior, para os cargos de comando, chefia, direção e secretário e para as funções de assessoramento da alta administração da Aeronáutica (BRASIL, 2011).

Nesse contexto, o CPEA, como curso de Altos Estudos Militares, tem por finalidade qualificar os oficiais para o exercício das funções de assessoramento da Alta Administração do Comando da Aeronáutica, assim como desenvolver as competências necessárias para contribuir com a formulação e condução das Políticas Aeroespacial e de Defesa Nacional, além de participar do planejamento institucional e estratégico-militar da Aeronáutica, conforme estabelecido no PPOA, consoante Portaria nº 547/GC3, de 15 de agosto de 2023.

3.4 FORMAS DE ACESSO

Os seguintes critérios devem ser atendidos para a realização do CPEA:

- a) ser Coronel da ativa da Aeronáutica, dos Quadros de carreira com ascensão ao generalato, ou Capitão-de-Mar-e-Guerra da MB, ou Coronel do EB;
- b) ter sido selecionado pela Secretaria de Avaliações e Promoções (SEC PROM);
e
- c) ter concluído, com aproveitamento, o Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) ou curso equivalente.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização didático-pedagógica proposta para o CPEA busca articular os conhecimentos prévios dos OA com os novos conhecimentos contidos no currículo, considerando as diretrizes previstas pelo COMAER que embasam o curso, oportunizando, assim, desenvolver as competências desejadas dentro do Perfil do Egresso.

O CPEA foi estruturado a partir de um desenho pedagógico dialógico, onde o OA é parte ativa no processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, o docente desenvolve a ação pedagógica de mediador fundamentando-se em metodologias ativas de aprendizagem que possibilitam, por meio de ferramentas e técnicas de ensinamentos, uma construção enriquecedora e significativa dos conhecimentos propostos.

Importante ressaltar que o processo de ensino-aprendizagem não acontece de forma simples e possui caráter dinâmico. Logo, exige planejamento sistemático e ações direcionadas para que os alunos possam se aprofundar e ampliar os significados elaborados mediante sua participação nas atividades propostas (CAMARGO, FAUSTO 2018).

Dentro desse contexto, o processo de ensino-aprendizagem do curso, torna-se mais interessante na medida em que a sala de aula pode se transformar em um espaço de cocriação, desafios, análise reflexiva e resoluções de problemas, onde o OA é o protagonista no seu processo de construção do conhecimento.

4.1 DIRETRIZ DE ENSINO

A vertente curricular do CPEA é construída na modalidade presencial, com atividades previstas para serem executadas em sala de aula. O curso se estrutura em dois módulos obrigatórios que acontecem de forma transversal: módulo ECEMAR e módulo CSD, este último, sob responsabilidade e coordenação da ESG.

No módulo ECEMAR, a proposta acadêmica se estrutura em 5 (cinco) disciplinas: Gestão Institucional, Poder Aeroespacial, Política, Estratégia e Gerenciamento de Crise. Ainda como parte do desenho curricular do curso, estão previstos o Exercício Visões do Futuro (inserido na disciplina Estratégia) e as viagens de estudos, atividades essas que fortalecem o ensino de forma relevante e significativa.

A grade curricular do módulo CSD é coordenada pela ESG e está estruturada em 3 (três) disciplinas que articulam e sistematizam os conhecimentos das seguintes áreas: Política e Defesa, Geoestratégia e Planejamento de Força (Concepção de Emprego Conjunto). Tendo em vista que a interação entre as Forças é um requisito fundamental para a eficiência e a eficácia da Defesa Nacional, o caráter integrador norteia a execução do curso.

A partir de 2021, o CSD passou a adotar uma nova temática de estudos, adequando-a aos desafios pedagógicos de um Pensamento Estratégico Conjunto mais efetivo, no que se refere aos processos de tomada de decisões para o enfrentamento de desafios decorrentes de uma nova ordem mundial pós Guerra Fria.

Neste contexto, o CSD passou a desenvolver estudos preliminares para a concepção de uma Estratégia de Segurança Nacional, também compreendida como uma Grande Estratégia Nacional (GEN), nos moldes dos normativos semelhantes que se propagaram pelo mundo após o 11 de setembro de 2001.

Importante ressaltar que o módulo CSD é de extrema relevância para o CPEA e que tal módulo é de concepção e gerência do MD, sob a coordenação da ESG. Este módulo, tem por objetivo proporcionar conhecimentos para o exercício de funções de assessoramento de alto nível as quais envolvam assuntos de Defesa, tanto no âmbito do MD como nos demais órgãos governamentais, de interesse da Defesa Nacional, promovendo a interação entre os integrantes dos Cursos de Altos Estudos realizados pelas FA e pela ESG.

Portanto, os dois módulos (ECEMAR e CSD) se integram e buscam desenvolver de maneira qualitativa e significativa a formação do OA para atingir as competências esperadas para uma assessoria de alto nível.

4.2 DIRETRIZ DE METODOLOGIA CIENTÍFICA

A pesquisa científica será desenvolvida em formato de ensaio acadêmico, no qual os eixos temáticos estão intrínsecos ao conteúdo do curso. Os OA deverão escolher um, dentre os diversos eixos temáticos que serão apresentados pela ECEMAR no início do ano letivo. Ao longo do curso, o pesquisador será instigado e terá acesso às aulas e aos materiais que o auxiliarão no desenvolvimento de sua pesquisa.

Cabe destacar que o ensaio acadêmico é um gênero textual que tem como objetivo principal discutir um determinado tema de relevância científica. Para tanto, os OA deverão apresentar seu ponto de vista com base em uma pesquisa referencial. Para tanto, deverão fazer uso de múltiplas fontes para o embasamento teórico do seu ensaio.

Desse modo, a ECEMAR acredita que o ensaio acadêmico contribui de forma significativa para a formação do OA do CPEA, potencializando a eficiência no seu assessoramento de alto nível.

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar ao OA os conhecimentos necessários para que possa atuar na Alta Administração do COMAER, contribuindo com a formulação e com a condução das Políticas Aeroespacial e de Defesa Nacional, assim como no planejamento institucional e estratégico-militar da Aeronáutica.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) analisar a conjuntura internacional e avaliar o impacto provocado pelas relações internacionais no planejamento institucional;
- b) aprofundar o estudo das Expressões do Poder Nacional, focalizando a interação entre as instituições públicas e privadas relacionadas à Defesa; e
- c) identificar políticas e estratégias direcionadas para o desenvolvimento do Poder Aeroespacial do país.

6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O CPEA visa prover ao Oficial Superior os conhecimentos necessários para que possa atuar na Alta Administração do COMAER. Além disso, o curso abrange competências específicas voltadas para atender às necessidades relacionadas ao preparo e emprego do Poder Aeroespacial no âmbito político e estratégico.

De acordo com o PPOA, o CPEA tem como propósito possibilitar ao Oficial Superior contribuir ativamente na formulação e execução das Políticas Aeroespaciais e de Defesa Nacional, participando ativamente no desenvolvimento do planejamento institucional e estratégico-militar da Aeronáutica.

Com isso, o PPOA fornece subsídios para a elaboração deste PPC, sendo o instrumento norteador para a definição das competências essenciais após a capacitação no CPEA.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A proposta curricular do CPEA foi planejada buscando o alinhamento da organização curricular do curso com as competências apresentadas no PPOA. Dessa forma, o curso foi idealizado visando desenvolver no oficial a capacidade de formular e conduzir o planejamento institucional e estratégico-militar da Aeronáutica.

7.1 CONTEÚDOS CURRICULARES

Com foco no desenvolvimento das competências previstas no PPOA, os conteúdos curriculares do CPEA foram estabelecidos em três áreas: Defesa; Política e Estratégia; e Gestão Institucional.

Na área de Defesa, os temas estão direcionados para instigar a análise de políticas e estratégias relacionadas com o Poder Aeroespacial do país, além de propor a compreensão da importância dos domínios espacial e cibernético. É de suma relevância que os OA desenvolvam a capacidade crítica de identificar os reflexos do desenvolvimento da Base Industrial de Defesa quando relacionado ao Poder Aeroespacial.

Em Política e Estratégia, são apresentadas as temáticas referentes à Política de Defesa Nacional, as características atuais dos Estados, os preceitos teóricos e doutrinários que fundamentam as expressões do Poder Nacional e a conjuntura geopolítica internacional. As análises construídas nestes estudos deverão capacitar os OA para a elaboração de planejamentos a nível de Defesa.

Na Gestão Institucional, são propostos temas que desenvolvam a capacidade para analisar a política, estratégia, planos, programas, obstáculos e ações para o futuro dos Órgãos de Direção Setorial (ODS), além de proporcionar espaço para a discussão das possibilidades de contribuição de cada Órgão para o desenvolvimento do Poder Aeroespacial e da Defesa Nacional.

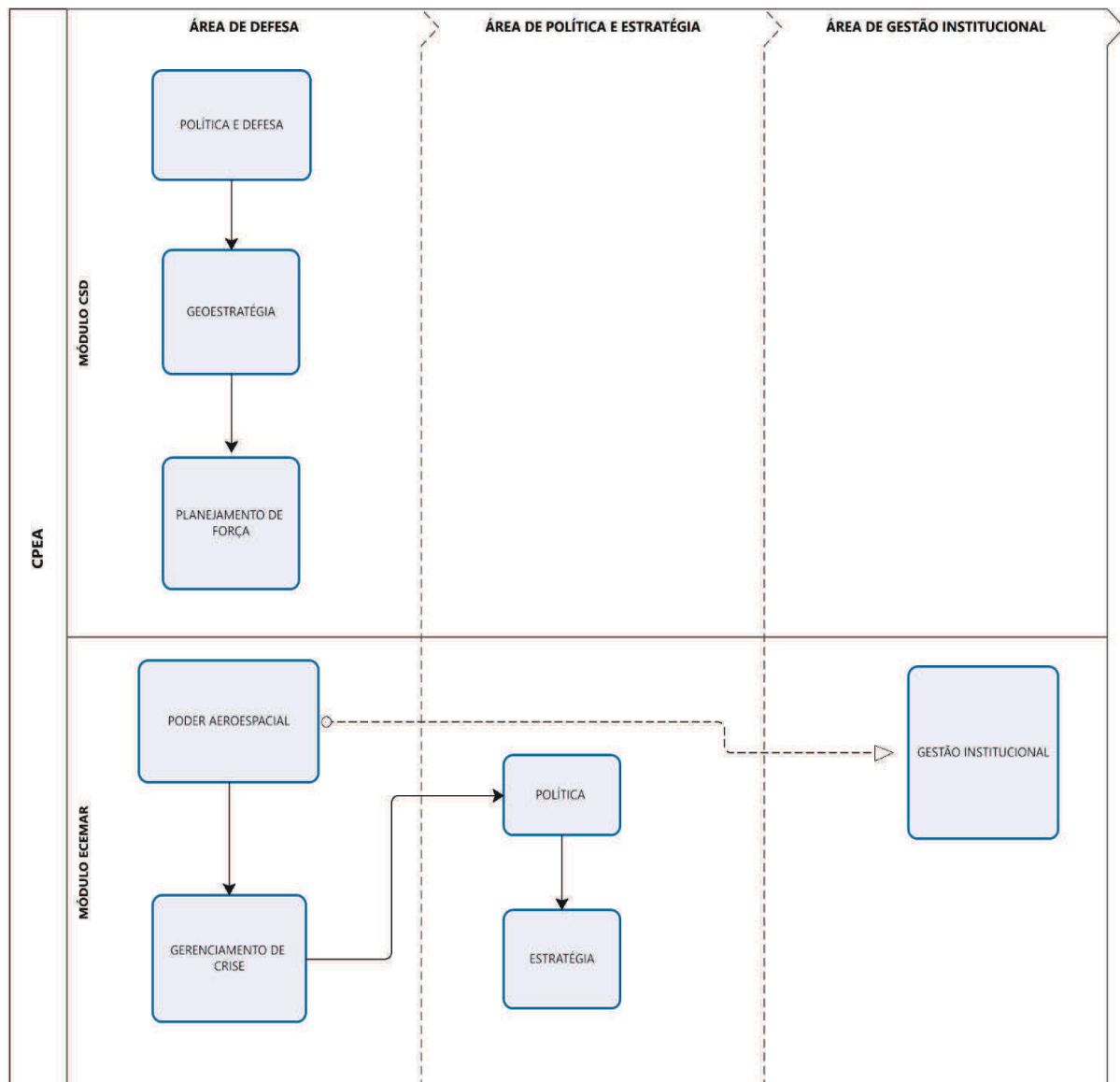
Diante do exposto, é essencial perceber que a relação entre essas áreas potencializa o êxito do curso, estando a Escola atenta ao desenvolvimento das metodologias de ensino e das atividades didáticas que facilitem a construção do conteúdo programático.

7.2 MATRIZ CURRICULAR

A integralização do CPEA preconiza a formação do aluno em um período de 194 dias na modalidade presencial, sendo distribuídos no módulo CSD e no módulo ECEMAR. Para o cumprimento dos componentes da matriz curricular, o curso é composto por 1016 (mil de dezesseis) tempos de 45 (quarenta e cinco) minutos, que correspondem a uma carga-horária total de 762 (setecentos e sessenta e duas) horas, já computadas nestas horas as atividades complementares e administrativas. Estas atividades se referem às viagens de estudos, 2 (duas) nacionais e 1 (uma) internacional, além de tempos destinados para o suporte administrativo do curso.

MÓDULO	ÁREA	DISCIPLINAS	CH DE INSTRUÇÃO (em tempos)
CSD	DEFESA	POLÍTICA E DEFESA	80
		GEOESTRATÉGIA	120
		PLANEJAMENTO DE FORÇA	40
ATIVIDADE COMPLEMENTAR (VIAGEM DE ESTUDO NACIONAL)			40
CH TOTAL DO MÓDULO CSD			280
MÓDULO	ÁREA	DISCIPLINAS	CH DE INSTRUÇÃO (em tempos)
ECEMAR	DEFESA	PODER AEROESPACIAL	137
		GERENCIAMENTO DE CRISE	80
	POLÍTICA E ESTATÉGIA	POLÍTICA	168
		ESTRATÉGIA	176
	GESTÃO INSTITUCIONAL	GESTÃO INSTITUCIONAL	63
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (VIAGENS DE ESTUDOS)			80
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			32
CH TOTAL DO MÓDULO ECEMAR			736
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (em tempos)			1016
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (em horas)			762

7.3 FLUXOGRAMA CURRICULAR



7.4 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

O quadro de integralização curricular será apresentado exclusivamente com as informações do módulo ECEMAR, pois são os componentes curriculares que são construídos e gerenciados por esta Escola.

		COMPONENTES CURRICULARES	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CARGA HORÁRIA (em tempos)
MÓDULO ECEMAR	1	Poder Aeroespacial	PA	Não aplicável	137
	2	Gerenciamento de Crise	GC	Não aplicável	80
	3	Política	POL	Não aplicável	168
	4	Estratégia	EST	Não aplicável	176
	5	Gestão Institucional	GI	Não aplicável	63

8 METODOLOGIA DE ENSINO PARA O CURSO

A ECEMAR primará pela aplicabilidade das metodologias ativas nas instruções a serem ministradas no CPEA, pois compreende que é de suma importância a estruturação de práticas didáticas que fomentem a qualificação profissional desejável para os egressos do Curso.

Para tanto, o planejamento das ações formativas do CPEA foi estruturado a partir do currículo dialógico e contemporâneo que metodologicamente se refere à construção/elaboração de resoluções de problemas pelo OA. Este, mediante a sua expertise, terá a possibilidade de debater e analisar as questões essenciais para o desempenho dos futuros Oficiais-Generais e/ou assessores de alto nível do COMAER.

No que concerne o processo ensino-aprendizagem, na perspectiva das metodologias ativas, as técnicas de ensino adotadas no curso consistem em: Aprendizagem Baseada em Problemas (*Problem Based Learning - PBL*); Sala de Aula Invertida (*Flipped Classroom*); Estudos de Casos; Seminários e Discussões.

Diante o exposto, utilizando-se de tais técnicas, se busca o aperfeiçoamento profissional do OA do CPEA, conforme demonstra a figura a seguir.

FIGURA 1: APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DOS OA



Neste sentido, fundamentada no aperfeiçoamento das competências previstas no PPOA, é ofertado ao OA uma ambiência formativa que contribua na apropriação dos temas de estudo, de modo a fomentar o aprimoramento dos conhecimentos no Poder Aeroespacial, na Gestão Institucional, na Política e na Estratégia Aeroespacial.

Por conseguinte, a proposta pedagógica consiste no ensino dirigido e mediado, no qual os OA constroem o conhecimento a partir de um problema que deve ser estudado de forma colaborativa, apropriando-se de saberes significativos referentes à Política e a Estratégia Nacional de Defesa e os seus reflexos para o Planejamento Estratégico Militar.

Ressalta-se que a organização didático-pedagógica no CPEA prevê que o OA desenvolva de forma dinâmica e participativa uma relação dialógica que considere o seu conhecimento prévio, bem como a sua experiência profissional. Dessa forma, na perspectiva de aprendizagem significativa, esse modelo favorece o pensar, o fazer e o significar colaborativo.

9 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Numa perspectiva de transformação, a avaliação passa a ser entendida e vivenciada como processo. Tal olhar faz um redimensionamento permanente da prática pedagógica dos sujeitos, bem como da construção significativa da aprendizagem dos envolvidos. O processo de avaliação do curso é pensado para que o OA possa construí-lo de modo a colaborar para a ressignificação dos saberes e, ao mesmo tempo, para a construção crítica e significativa na produção do conhecimento.

A avaliação da Aprendizagem realizada no CPEA tão somente terá finalidade formativa. Esta modalidade de avaliação realizada ao longo do processo de ensino-aprendizagem visa acompanhar o desenvolvimento dos OA, identificando se os objetivos propostos estão sendo alcançados.

9.1 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

A sistemática de avaliação do corpo discente fundamenta-se em técnicas pedagógicas, que possibilitam acompanhar o desenvolvimento do processo de aprendizagem, levando os OA a demonstrarem o nível de compreensão e aprendizagem alcançado em relação a cada assunto abordado durante todo o curso.

Estão incluídas atividades desenvolvidas por meio da técnica de trabalho de grupo e apresentação oral, com análise de temas de interesse da Defesa.

Em virtude de as avaliações serem formativas, os trabalhos de grupos enriquecem, agregam conhecimentos, favorecem a aprendizagem e proporcionam atividades mentais diversificadas, uma vez que os OA deverão demonstrar o nível de compreensão alcançado em relação a cada assunto abordado no Curso, bem como a capacidade de expressão. Com isso, o corpo discente do CPEA tem a oportunidade de vivenciar diferentes técnicas de estudo.

9.1.1 INSTRUMENTOS DE MEDIDA

O corpo discente será avaliado, continuamente, por meio de Verificação Imediata (VI). Tal instrumento de medida da aprendizagem visa fixar a aprendizagem dos alunos. As atividades formativas são compostas por trabalhos individuais ou em grupos, com apresentação oral, por instrução e/ou ao final de cada módulo.

9.1.2 MÓDULO CSD

O módulo CSD será normatizado pela ESG, sendo de responsabilidade do MD.

9.1.3 MÓDULO ECEMAR

A avaliação do módulo ECEMAR será realizada através da VI, que consiste em um instrumento de medida da aprendizagem cuja a finalidade é exclusivamente formativa. A VI será aplicada no decorrer de todo o período letivo, com a finalidade de aperfeiçoar o ensino, bem como orientar os discentes quanto às suas dificuldades e potencialidades, regulando e redirecionando seus percursos.

9.2 PONTOS DE CORTE

Não haverá ponto de corte para o CPEA, considerando que todas as avaliações previstas são, exclusivamente, de modalidade formativa.

9.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O TCC será entregue no formato de ensaio acadêmico, que consiste em uma produção científica equivalente a uma construção textual individual, com elementos textuais que componham uma produção mínima de 1.800 (mil e oitocentas) palavras, seguido de apresentação oral.

O desenvolvimento do trabalho, metodologicamente construído, tem como objetivo o aprimoramento da capacidade analítica do OA, uma vez que ele se dedicará ao estudo de um tema específico a fim de realizar sua fundamentação teórica, abordando dados representativos do assunto e, por conseguinte, analisando relações entre variáveis previamente definidas.

Com o intuito de melhor adequar a proposta do trabalho, serão considerados os temas estudados ao longo do Curso. Ou seja, a temática do ensaio acadêmico deve ser relacionada ao eixo de disciplinas do Curso. Cabe salientar que a ECEMAR será a responsável por conduzir as orientações aos OA quanto às etapas a serem cumpridas na produção do trabalho.

A avaliação do TCC será realizada tomando por base a Ficha de Avaliação do Ensaio Acadêmico (Anexo B), assim como a Ficha de Avaliação de Exposição Oral (Anexo C).

9.4 APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO

9.4.1 SERÁ CONSIDERADO **APROVADO** NO CPEA O OA QUE:

- a) concluir com aproveitamento o módulo CSD;
- b) no módulo ECEMAR, cumprir as atividades propostas, dentro dos prazos estabelecidos pela Escola; e
- c) não se enquadrar em quaisquer condições estabelecidas para a reprovação.

9.4.2 SERÁ CONSIDERADO **REPROVADO** NO CPEA O OA QUE:

- a) não concluir com aproveitamento o módulo CSD;
- b) deixar de cumprir atividade programada sem justificativa; e
- c) atingir mais de 10% de faltas no módulo ECEMAR.

Caso o discente não realize alguma atividade avaliada por motivo de saúde ou serviço, o fato deverá ser comunicado ao Chefe da Subcoordenadoria de OA do CPEA (SCOA-CPEA). A situação será analisada e, se for o caso, uma nova data será agendada, dentro do período do curso, não sendo permitida a realização da tarefa fora novo período agendado pela Escola.

Cabe exclusivamente ao OA a responsabilidade pela execução das atividades previstas dentro dos prazos propostos por cada disciplina, conforme cronograma do curso.

9.5 CÔMPUTO DE FALTAS

Caso o OA deixe de cumprir alguma atividade avaliada prevista no curso, dentro do prazo preconizado, o Coordenador Acadêmico enviará a esse OA uma Notificação de Reprovação (Anexo D), de modo que o mesmo tenha a oportunidade de justificar o ocorrido (Anexo E – Requerimento de Reconsideração de Reprovação). Caberá ao Comandante da ECEMAR a decisão final sobre como o referido Oficial deverá proceder em relação àquela atividade avaliada não cumprida ou se o OA será reprovado no CPEA.

Somente justificará qualquer falta de execução e/ou cumprimento de prazo nas atividades acadêmicas, os impedimentos por motivo de:

- a) saúde, respaldados em dispensas médicas, por meio de pareceres emitidos por médico de Organização de Saúde da Aeronáutica ou pela Junta de Saúde da Aeronáutica;
- b) justiça; e/ou
- c) autorização do Chefe da SCOA- CPEA.

Independente dos impedimentos elencados acima, para ser considerado aprovado no módulo ECEMAR, o OA não poderá atingir o quantitativo de 10% de faltas em relação à carga horária do curso.

10 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

10.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O NDE do CPEA da ECEMAR possui atribuições acadêmicas de acompanhamento do curso, atuando no processo de concepção, consolidação e aprimoramento das necessidades pedagógicas do CPEA, bem como verificando a adequação do perfil do egresso desejado, sendo responsável pela atualização do PPC.

O NDE é constituído pelo Presidente, Coordenador, Vice-coordenador e Membros, todos com funções acadêmicas ligadas ao CPEA. Cabe salientar que o presidente é o Chefe da Coordenadoria Acadêmica (CACD).

10.2 ORGÃO COLEGIADO

Com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de gestão, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi ativada no âmbito da ECEMAR para a avaliação e o acompanhamento contínuos, a partir de sua participação e interação junto às atividades de ensino. A CPA é composta pelo Chefe da CACD, Corpo Pedagógico e Administrativo, além de Instrutores específicos da ECEMAR.

A comissão tem como finalidade desenvolver a aplicação de instrumentos avaliativos de forma que ofereça à DIRENS e à ECEMAR um cenário qualitativo do ensino, mostrando aspectos do processo de ensino-aprendizagem que podem necessitar de alguma reestruturação e/ou melhoria.

As ações conjuntas entre o NDE do CPEA e a CPA, instâncias participativas e deliberativas, tem o propósito de fomentar a qualidade do curso, bem como a concretização da atividade finalística do ensino.

10.3 COORDENAÇÕES

O Coordenador do CPEA é um instrutor da ECEMAR que já realizou o Curso de Altos Estudos e é subordinado ao Chefe da Coordenadoria Acadêmica. Ele possui a atribuição de acompanhar o andamento do curso, realizando as devidas coordenações junto aos outros setores da Escola ou do Campus da Universidade da Força Aérea (UNIFA), bem como outras Organizações de Ensino homólogas, entidades e palestrantes civis ou militares, de modo a viabilizar o planejamento e execução da instrução. Cabe ao Coordenador do CPEA acompanhar a execução da atividade acadêmica e propor melhorias ao Coordenador Acadêmico.

Os setores da ECEMAR (Planejamento, Execução e Avaliação), trabalharão de forma matricial, favorecendo o fluxo de informações de forma eficiente, bem como o alinhamento curricular dos conteúdos. Para tanto, o Coordenador do CPEA é o responsável pela integração dos processos que possibilitam a construção do conhecimento do OA.

Além do Coordenador do CPEA, há também o Coordenador de Disciplina do CPEA, que é um instrutor da ECEMAR com formação no Curso de Altos Estudos. Este profissional colabora com o Coordenador do CPEA na formulação dos conteúdos da disciplina, visando atingir os objetivos acadêmicos e as competências estabelecidas no PPOA.

O Coordenador do curso será o responsável pelo controle das atividades do CPEA, devendo, ao final de cada mês, enviá-las à Coordenadoria Acadêmica. Durante o CSD, a ECEMAR buscará atender a ESG na solicitação de instrutores e seguirá as orientações previstas no módulo, priorizando a participação dos OA nas atividades daquela escola.

10.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO

Sendo o CPEA composto por 2 (dois) módulos, que envolve duas Organizações Militares na sua realização, a ESG e a ECEMAR, a interação entre essas duas escolas favorece o planejamento do curso, evitando que ocorra repetição de atividades.

O planejamento das instruções é realizado por uma equipe diferente do grupo que é responsável pela execução das atividades. O Coordenador do CPEA gerencia as atividades realizadas pelos Coordenadores de Disciplina, buscando alcançar as competências definidas no PPOA. O Coordenador Acadêmico é responsável por supervisionar as atividades do Coordenador do CPEA, além dos Coordenadores de outros Cursos e Estágios sob responsabilidade da ECEMAR, observando o alinhamento do ensino à missão e à visão de Futuro da Escola. O corpo pedagógico da ECEMAR participa ativamente de todas as fases do planejamento e da execução do CPEA.

Além da Coordenadoria Acadêmica, outros setores da ECEMAR participam da rotina acadêmica do OA do CPEA, com o intuito de favorecer o processo ensino-aprendizagem. A Coordenadoria de OA executa atividades que viabilizam os processos administrativos do corpo discente, promovendo o bem-estar do aluno do curso.

10.5 PARCERIAS ESPECÍFICAS

O CPEA está estruturado para efetivar contratação, caso necessário, de uma IES, visando a obtenção de conhecimentos específicos com professores renomados no campo acadêmico. Essa contratação busca elevar o nível de conhecimento a ser repassado aos OA, além de preencher uma lacuna nas disciplinas onde não forem identificados instrutores com disponibilidade ou capacitação adequadas a um Curso de Altos Estudos.

Outra parceria que merece destaque é com a ESG. Destaca-se que no período do CSD, os OA do CPEA estarão com dedicação exclusiva às instruções, palestras e atividades complementares gerenciadas por aquela OE. A participação no CSD colabora para que o OA atinja a competência esperada, aprofundando os conhecimentos em assuntos ligados à Defesa Nacional. Além disso, a ESG colabora com a grade curricular do CPEA fornecendo instrutores de diversas disciplinas de interesse.

Mediante Pedido de Cooperação de Instrução (PCI), a ECEME e a EGN, assim como a ESD, também disponibilizam palestrantes para contribuir com a capacitação do OA do CPEA, fortalecendo a parceria entre as escolas militares de pós-graduação.

10.6 CORPO DOCENTE

As atividades acadêmicas do CPEA possuem a participação de palestrantes e conferencistas externos de entidades públicas e privadas. Nomes expoentes do Ministério da Defesa, do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil são considerados potenciais convidados da grade curricular, trazendo seus conhecimentos para enriquecer a instrução. Além disso, mestres e doutores de universidades renomadas e da IES eventualmente contratada fazem parte

do grupo de docentes que possui a tarefa de incentivar os OA a utilizar as ferramentas adequadas para planejar o futuro da FAB e assessorar corretamente a Alta Administração do COMAER.

O Corpo Docente do CPEA foi selecionado de acordo com o conhecimento sobre a matéria e o nível de reconhecimento nos ramos acadêmico e profissional. Os oficiais instrutores da ECEMAR foram capacitados em cursos e estágios no Brasil e no exterior.

11 APOIO AO DISCENTE

11.1 ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO

O acompanhamento psicopedagógico é desenvolvido por profissionais na área da Psicologia, com especialização no campo da Psicologia Educacional, o que possibilita o conhecimento aprimorado nas demandas específicas dos OA, levando em consideração o contexto militar e as particularidades da formação técnica e acadêmica. Desta forma, a Assessoria Psicopedagógica (APsico) tem por finalidade propiciar aos OA acesso às suas potencialidades e limitações, e, a partir de então, superar suas dificuldades e melhor adaptar-se ao curso, obtendo adequado aproveitamento e maior integração.

O acompanhamento psicopedagógico é realizado por meio de entrevistas e observações e desencadeado por quatro motivos:

- a) por livre iniciativa do OA;
- b) por indicação do Coordenador do Corpo de OA, do Coordenador do CPEA ou do Coordenador Acadêmico do Curso, quando há baixo rendimento escolar ou percepção de alguma desordem psicológica (desde que o OA concorde);
- c) por ocasião do desligamento; e
- d) por observação do profissional da APsico.

O objetivo do acompanhamento psicopedagógico é auxiliar o OA no enfrentamento de questões específicas de natureza psicológica ou psicopedagógica, que possam comprometer seu desempenho e/ou vivência acadêmica. Busca-se, assim, promover um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico, facilitando a superação de desafios e proporcionando o bem-estar e o sucesso dos OA nos cursos da ECEMAR.

Os atendimentos realizados durante o acompanhamento psicopedagógico visam compreender de forma abrangente a situação do OA. Isso inclui sua história acadêmica, habilidades cognitivas, competências socioemocionais e possíveis dificuldades ou desafios que estejam afetando seu desempenho escolar.

Cabe ressaltar que o sigilo e a confidencialidade são princípios fundamentais na atuação da APsico, ou seja, todas as informações compartilhadas pelo OA são tratadas de forma ética e profissional, garantindo a privacidade e a segurança dos envolvidos.

Para tanto, o acompanhamento psicopedagógico busca oferecer um suporte personalizado e individualizado aos discentes, considerando suas necessidades específicas, não se configurando em psicoterapia, embora tenha evidente finalidade terapêutica. Seu objetivo final é promover um ambiente educacional saudável, no qual os OA possam desenvolver todo o seu potencial, superar obstáculos e obter um desempenho acadêmico satisfatório.

12 INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A ECEMAR dispõe da Coordenadoria do Corpo de OA (COA) que prevê ações de interação e comunicação entre Instrutores e OA. Nesse ambiente, a ECEMAR tem como característica em sua cultura organizacional o diálogo e o compromisso com o coletivo, pois acredita que os sujeitos em interação constroem conhecimentos que reverberam positivamente nas próprias instituições.

Deste modo, a COA ao desenvolver um trabalho integrado e atento às demandas dos discentes, busca como recurso de comunicação e informação as tecnologias digitais em rede, de modo que todos os integrantes no processo educativo tenham acesso às informações de modo síncrono.

13 INFRAESTRUTURA

13.1 ASPECTOS DA ÁREA FÍSICA

A ECEMAR possui infraestrutura física capaz de atender, simultaneamente, dois cursos presenciais. Os auditórios e miniauditórios são dotados de computadores *desktop* e projetores, com a possibilidade de instalação de outros equipamentos. Os auditórios “1” e “A” possuem capacidade de gravação e transmissão das palestras, via aplicativo. Os miniauditórios, por sua vez, possuem configurações de assentos e *layout* das paredes que podem ser ajustadas de acordo com a demanda da atividade a ser desenvolvida.

Na escola existe acesso por rede cabeada (*ethernet*) de 60 MB e por rede sem fio (*Wi-fi*) de 7 MB.

QNT	INSTALAÇÃO FÍSICA	CAPACIDADE
1	Auditório 1 (Auditório Ten. Brig. Deoclécio)	226 assentos
1	Auditório 2	56 assentos
1	Auditório 3	60 assentos
1	Auditório do Comando	48 assentos
1	Sala de Guerra	45 assentos
1	Auditório A (prédio anexo)	80 assentos
14	Miniauditórios 4 a 17 (prédio principal)	14 assentos cada
6	Miniauditórios A1 a A6 (prédio anexo)	14 assentos cada
2	Copa	60 pessoas
2	Vestiários	55 (50 masculinos + 5 femininos)

13.2 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDIC) NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A implementação das TDIC nas últimas duas décadas, em especial com o avanço das redes digitais móveis de Internet, traz consigo diversos desafios e oportunidades tanto no nível individual quanto coletivo, na medida em que novos modos de se relacionar com a informação e o conhecimento são estabelecidos.

Esses desafios interferem, em particular, na educação, que se vê frente à necessidade de lidar com questões desencadeadas pela presença cada vez mais frequente da TDIC no cotidiano acadêmico, tais como: preparar os OA para aproveitarem plena e conscientemente todo o potencial dessas tecnologias; incentivar os docentes/instrutores a desenvolverem metodologias e práticas capazes de promover a incorporação das tecnologias digitais como instrumento pedagógico.

A troca de ideias e informações, principalmente pela fala (linguagem oral) demonstra a necessidade das pessoas de se comunicarem e interagirem. Essas novas formas de aprendizagem denotam que não são as tecnologias que vão revolucionar o ensino e por extensão a educação de forma geral, mas sim a maneira como a tecnologia é utilizada para a mediação entre professores, alunos e a informação.

14 AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A CPA da ECEMAR foi designada com o objetivo de cumprir as diretrizes previstas no Manual da Avaliação Institucional de Ensino (MCA 37-247).

Este normativo estabelece as orientações para a constituição da Assessoria de Avaliação Institucional (AAI) e da CPA, definindo o ciclo avaliativo (interno e externo), o calendário e os instrumentos da avaliação institucional e divulgação dos resultados, de modo a contribuir com a estruturação da OE, estabelecendo metas a serem contempladas no âmbito da gestão e do ensino.

Dessa forma, a AAI foi estruturada para atender ao desempenho das 6 (seis) Dimensões da Avaliação:

- a) Organização Institucional – objetiva avaliar as diretrizes previstas na OE, considerando a sua missão, as ações institucionais propostas, bem como o próprio processo implementação de Avaliação Institucional do Ensino (AIE);
- b) Corpo Docente – consiste na avaliação do desempenho profissional dos docentes que estão inseridos diretamente à atividade de ensino, considerando os professores e instrutores (civis e militares), tanto no contexto da IES contratada quanto da ECEMAR;
- c) Corpo Discente – propõe-se avaliar a qualidade do ensino ofertado na ECEMAR tendo por base os normativos aprovados para os cursos e/ou estágios em consonância com as diretrizes de formação do discente;
- d) Organização Didático-Pedagógica – consiste na operacionalização normativa e a estruturação do ensino em relação aos objetivos da OE e dos cursos ou estágios;
- e) Infraestrutura e Apoio – consiste na avaliação qualitativa dos seguintes aspectos: recursos humanos técnico-administrativos, instalações físicas e tecnológicas, do material e dos equipamentos utilizados na OE; e
- f) Pós-Curso – que visa avaliar os aspectos da atividade profissional, a continuidade do processo de formação do militar que envolve a sua formação, a pós-formação e a capacitação, além de identificar as contribuições a posteriori do curso na atividade laborativa.

No momento, diversos setores da estrutura organizacional da ECEMAR, por força de seu Regimento Interno, têm atribuições relacionadas à AIE. São eles:

- a) Coordenadoria Acadêmica (CACD) – supervisionar atividades de planejamento e de avaliação do processo de ensino-aprendizagem e participar no desenvolvimento das ações de Avaliação Institucional;
- b) Subcoordenadoria de Coordenação de Cursos (SCCC) – acompanhar o desenvolvimento das atividades realizadas e propor alterações e revisões por meio do Coordenador do CPEA;
- c) Subcoordenadoria de Planejamento e Coordenação Pedagógica (SCPC) – planejar o CPEA em coordenação com os setores da Coordenadoria Acadêmica e utilizar como subsídio, para alterações estruturais, as informações advindas das avaliações de ensino e de aprendizagem; e

- d) Subcoordenadoria de Avaliação (SCAV) – coordenar e controlar a realização das atividades concernentes à avaliação.

A avaliação deve ter caráter eminentemente pedagógico, em prol do compromisso com a qualidade do ensino. Portanto, ela deve ser utilizada a fim de oferecer instrumentos que revelem indicadores da realidade institucional, identificando situações-problema que precisam ser alteradas e otimizadas.

Para Sobrinho (1994) a avaliação institucional é um processo que requer a adesão coletiva. Gimenes (2007) complementa que a avaliação gera conhecimentos fundamentais para o planejamento e para a ação institucional, e deve, segundo o autor, ser:

(...) um processo permanente de autoconhecimento e de autocrítica da instituição, constituindo-se em instrumento fundamental para a reflexão de sua identidade institucional, bem como de auxílio para a tomada de decisões quanto às suas diferentes atividades, sejam elas pedagógicas, administrativas, de extensão ou de pesquisa. (p. 239).

Nessa perspectiva, entende-se que a avaliação deve propiciar melhorias no desenvolvimento do ensino, sendo, dessa forma, utilizada como meio de reflexão para a tomada de decisões que permitam pensar a realidade que se tem, aonde se quer chegar e o que fazer para alcançar o que se almeja.

Sendo assim, no processo de avaliação de competências profissionais, o perfil de egresso é utilizado como referência, tornando possível retroalimentar o ensino, estabelecendo um processo contínuo de planejamento e garantindo a melhoria sistemática do ensino.

15 DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos não previstos no presente documento serão submetidos à apreciação do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. **MCA 36-8: Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica – PPOA**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 158, de 26 ago. 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. **MCA 36-9: Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica – PPOA**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 154, de 21 ago. 2023.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. **TCA 37-14: Cursos e estágios do COMGEP para 2023 e 2024**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 114, de 23 jun. 2023.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. **ICA 37-836: Normas para a Elaboração, Alteração e Atualização de Projeto Pedagógico de Curso**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 93, de 20 maio 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. **ICA 37-846: Normas Reguladoras para os Cursos e Estágios da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 144, de 5 ago. 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. **MCA 37-247: Manual de Avaliação Institucional do Ensino da Aeronáutica – Volume IV**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 230, de 17 de dez. 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. **PCA 37-17: Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Ensino**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 2, de 6 jan. 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. **PCA 37-22: Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 57, de 26 mar. 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **DCA 11-114: Diretriz de Planejamento para a Operação Conjunta do Sistema ARP HERON**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 134, de 6 ago. 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **MCA 10-4: Glossário da Aeronáutica**. Brasília - DF: Boletim Externo Ostensivo do Estado-Maior da Aeronáutica nº 02, de 16 fev. 2001.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **PCA 11-47: Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2018 – 2027**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 222, de 20 dez. 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. **DCA 36-2: Planejamento do Fluxo de Carreira dos Oficiais da Ativa da Aeronáutica**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 85, de 11 maio 2023.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. **DCA 11-118: Diretriz de Planejamento Institucional**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 208, de 9 nov. 2022.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. **DCA 11-45: Concepção Estratégica - Força Aérea 100**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 180, de 15 out. 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. **PCA 30-1: Plano de Pessoal da Aeronáutica – PPAER**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 93, de 23 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.464, de 04 de agosto de 2011**. Dispõe sobre o Ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nos 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília – DF, de 05 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. **DMA 37-9: Plano Setorial de Ensino**. Brasília – DF: Boletim Externo Ostensivo do DEPENS, nº 4, de 20 fev. 1997.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. **Portaria Nº 996/GM3. Altera dispositivos do Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica**. O Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA) é criado na ECEMAR como curso permanente. Brasília, DF, 01 set. 1982.

BRASIL. **Portaria COMGEP 1491/3SC2, de 19 de julho de 2022**. Institui Grupo de Trabalho (GT) para definir a estrutura curricular e os elementos essenciais para a criação do novo Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA). Publicado no BCA nº 137, de 25 jul. 22.

BRASIL. **Portaria GABAER nº 547/GC3, de 15 de agosto de 2023**. Ativa o Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais no âmbito de Comando da Aeronáutica. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 152, de 17 ago. 2023.

BRASIL. **Portaria GABAER 1660/GC3, de 21 de dezembro de 2016**. Institui o Curso de Altos Estudos Militares no âmbito do Comando da Aeronáutica. Publicado no BCA nº 216, de 22 dez. 2022.

CAMARGO, Fausto. **A Sala de Aula Inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso, 2018.

GIMENES, N. A. S. **Estudo Metavaliativo do Processo de Auto-avaliação em uma Instituição de Educação Superior no Brasil**. Estudos em Avaliação Educacional, vol. 18, nº 37, p. 217–243, 30 ago. 2007. DOI 10.18222/EAE183720072096. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/ae/article/view/2096>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SOBRINHO, J. D. **Avaliação Institucional. processo, discussão e resultados**. 1994. Campinas-SP: [s. n.], 1994.

ANEXO A – EMENTÁRIOS**MÓDULO CSD**

DISCIPLINA: POLÍTICA E DEFESA CH TOTAL: 80 tempos
EMENTA
1) Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa; 2) Políticas de Defesa - Ministério da Defesa e Forças Armadas; 3) Políticas de Segurança - Social, Econômica e Ambiental; 4) Orçamento Público – União e Defesa; 5) Programas e Projetos Especiais: Nuclear, Cibernético e Espacial; 6) Sistemática de Planejamento Estratégico Militar; e 7) Áreas de Interesse Estratégico: SISFROM, SISGAAs e SISDABRA.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Identificar os aspectos políticos e as estratégias do Governo Brasileiro relativos a Defesa Nacional; b) identificar o Ministério da Defesa como a organização responsável pela gestão e seu Estado-Maior Conjunto e as Forças Armadas como seus instrumentos de execução da Defesa Nacional; c) identificar a política, a estratégia e os planos e ações em curso nas áreas sociais, econômica e ambiental e seus possíveis reflexos na Defesa Nacional; d) examinar o orçamento e os gastos em Defesa para o atendimento às necessidades; e) conhecer os programas e Projetos Nucleares; os Programas e Projetos Cibernéticos; e os Programas e Projetos Espaciais; f) caracterizar as peculiaridades da Sistemática de Planejamento Estratégico; e g) identificar o objetivo do Projeto, fases implementadas, ações em curso, dificuldades e perspectivas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BOBBIO, Norberto. As Teorias das Formas de Governo. 10. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001. BONAVIDES, Paulo. Ciência e Política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1967. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, Senado, 1998. BRASIL. Decreto Legislativo n. 373, de 25 de setembro de 2013. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. Diário Oficial da União, Seção I, p. 1, de 26 de setembro de 2013. Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. Manual Básico: Elementos Doutrinários. Rio de Janeiro: ESG. v. I. Ministério da Defesa. Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança. Org: Almeida Pinto, J.R. de; Costa, A. J. Ramalho da; Silva, R. Doring Pinho da. Brasília, DF: MD, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. 4 v. BRASIL. Portaria n. 578/SPEAI/MD. Política Militar de Defesa (MD51-M-03). Brasília: Ministério da Defesa, 27 DEZ 2006. Ministério da Defesa. Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED). Brasília: MD, 2012. (Apostila) BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. Mobilização Nacional. Rio de Janeiro, 1995. 71 p. Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial, Brasília, DF: Imprensa Nacional, Seção 1, Edição Extra, 10 de junho de 1999.

Portaria Normativa nº 185, de 27 de janeiro de 2012. Aprova a Doutrina de Mobilização Militar - MD41-M-01. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Diário Oficial, Brasília/DF: Imprensa Nacional, n. 22, de 31 de janeiro de 2012. (Sistema de Mobilização Aeroespacial/SISMAERO).

Ministério da Defesa. Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais. Sistemática de Planejamento Estratégico Militar: MD 51-M- 01. Brasília, DF, 2005.

BERTAZZO, Juliana. A Nova Agenda Internacional de Segurança põe a Democracia Brasileira em Risco? In: Revista Brasileira de Política Internacional. Ano 50, n. 02. Brasília, IBRI, julho-dezembro 2007, pp. 25-40.

DCAF Backgrounder. O Papel do Legislativo no Orçamento para Compras no Setor de Defesa. Disponível em: www.dcaf.ch/content/download/35205/.../port_Parl_def_budg.pdf.

GUERRA, Carlos Eduardo. Direito Constitucional V: Da Defesa do Estado, da Tributação, do Orçamento. São Paulo: Campus, 2006.

HURREL, Andrew. Pax Americana ou o Império da Insegurança? In: Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI. Ano 48, n. 2, 2005. IBRI. Brasília DF, julho-dezembro 2005, pp. 30-54.

LONGO, W.P. O Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil e suas Perspectivas Frente aos Desafios do Mundo Moderno. Belém: Universidade Federal do Amazonas, 2000. (Coleção Brasil: 500 anos, v. 2).

Ciência e Tecnologia e a Expressão Militar do Poder Nacional. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1986. (TE-86 Dac Tec).

Desenvolvimento Científico e Tecnológico: Consequências e Perspectivas. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1991. (CAESG TI-91).

NUNES, Isabel Ferreira. Os Conflitos Regionais e a Segurança Internacional. In: Nação e Defesa. N. 80, out/dez. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1996.

PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança. 4 volumes. Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação. Brasília, DF, 2004.

DISCIPLINA: GEOESTRATÉGIA CH TOTAL: 120 tempos	
EMENTA	
1) Defesa e Grande Estratégia; 2) Possibilidade de Atuação; e 3) Grande Estratégia Nacional.	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
a) identificar, analisar e relacionar as diversas formas de entendimentos dos conceitos de Segurança e Grande Estratégia Nacional; b) identificar, analisar e relacionar fatores relevantes para estudos quanto as variantes de Segurança e novos tipos de ameaças para a elaboração de uma Grande Estratégia Nacional; e c) identificar, analisar e relacionar os núcleos estratégicos selecionados com os fatores de força e fraqueza, no campo interno, bem como com as ameaças e oportunidades, no campo externo, de modo a formular um projeto de Grande Estratégia Nacional (GEN), voltado para a consecução dos objetivos fundamentais constitucionais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. Disponível em https://portalconservador.com/livros/Henry-Kissinger-Ordem-Mundial.pdf. PONTES, Rúbia Marcussi. China na Grande Estratégia dos EUA sob Obama e Trump (2009-2020). In: Observatório Políticos dos EUA. Disponível em: https://www.opecu.org.br/2022/03/05/china-na-grande-estrategia-dos-eua-sob-obama-e-trump-2009-2020/ GÓES, Guilherme Sandoval. 200 anos de Independência: em busca de uma Estratégia de Segurança Nacional para o Brasil. Revista da Escola Superior de Guerra, v.37, n.80 (2022). Disponível em: https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/issue/view/85. China's Defensive National Defense Policy in the New Era. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. Grande Estratégia e Modernização Militar da China Contemporânea. In: Revista Análise Estratégica, Centro de Estudos Estratégicos do Exército, v. 12 n. 2 (2019). Disponível em: http://ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/issue/view/187 EDWARDS, Charlie. Spain in the 21st Century: the case for a National Security Strategy. ARI, v. 91, p. 2008, 2008. Disponível em: https://media.realinstitutoelcano.org/wp-content/uploads/2021/12/ari91-2008-edwards-spain-national-security-strategy.pdf ZSUZSANNA, Marosi. The National Security Structure in Spain. Hadtudományi Szemle, v. 11, n. 3, p. 195–211-195–211, 2018. Disponível em: https://folyoirat.ludovika.hu/index.php/hsz/article/view/3931/3190.	

DISCIPLINA: PLANEJAMENTO DE FORÇA CH TOTAL: 40 tempos	
EMENTA	
1) Concepção de Emprego Conjunto; e 2) Plano Exequível de Desenvolvimento de Capacidades.	
a) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
a) analisar os fundamentos doutrinários que regulam a organização e as atribuições de um Comando Combinado; e b) identificar o Plano Baseado em Capacidades como uma metodologia de planejamento estratégico, voltada ao setor de Defesa, que visa a uma estrutura de força, possível, mais eficaz e eficiente.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, (Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas), alterada pela Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004, e pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto 2010. BRASIL. Decreto Reservado nº 8, de 17 de janeiro de 1980 (aprova a Diretriz para o estabelecimento da Estrutura Militar de Guerra – alterada pela Portaria Reservada nº 005/VICEMFA, de 16 de janeiro de 1996). BRASIL. Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 (Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento). BRASIL. Decreto nº 7.276, de 25 de agosto de 2010 (Aprova a Estrutura Militar de Defesa). BRASIL. Decreto nº 9.628, de 26 de dezembro de 2018 (Dispõe sobre o Conselho Superior de Governança no âmbito do Ministério da Defesa). BRASIL. Decreto nº 9.835, de 12 de junho de 2019 (Altera o Decreto nº 9.628, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Conselho Superior de Governança no âmbito do Ministério da Defesa). BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 513, de 23 de março de 2008 (Aprova o Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas – MD33-M-02). BRASIL. Portaria Normativa nº 3.810, de 8 de dezembro de 2011 (Dispõe sobre a Doutrina de Operações Conjuntas – MD30-M-01). BRASIL. Portaria Normativa nº 578/SPEAI, de 27 de dezembro de 2006 (Aprova e manda pôr em execução a Estratégia Militar de Defesa – MD51-M-03). BRASIL. Instrução Normativa nº 01/EMCFA, de 25 de julho de 2011 (Aprova a Instruções para a Confecção de Publicações Padronizadas do EMCFA – MD20-I-01). BRASIL. Portaria nº 400/SPEAI/MD, de 21 de setembro de 2005 (Aprova a Política Militar de Defesa – MD51-P-02). BRASIL. Portaria Normativa nº 113/DPE/SPEAI/MD, de 1º de fevereiro de 2008 (Aprova a Doutrina Militar de Defesa – MD51-M-04). BRASIL. Portaria Normativa nº 9/MD, de 13 de janeiro de 2016 (Glossário das Forças Armadas – MD35-G-01 – 5ª Edição, 2015). BRASIL. Portaria Normativa nº 99/GM-MD, de 21 de dezembro de 2018 (Aprova a diretriz de implantação e funcionamento do processo decisório para novos projetos estratégicos de interesse do Ministério da Defesa e cria a Comissão Permanente para Projetos Estratégicos no Ministério da Defesa). BRASIL. Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa). BRASIL. Portaria Normativa nº 23/GM-MD, de 15 de abril de 2019 (Aprova o Método de Planejamento Estratégico Setorial 2020-2031).	

BRASIL. Portaria Normativa nº 24/GM-MD, de 16 de abril de 2019 (Aprova a Identidade Estratégica do Setor de Defesa).

BRASIL. Portaria Normativa nº 25/GM-MD, de 16 de abril de 2019 (Aprova a Política Setorial de Defesa 2020-2031 e o Mapa Estratégico do Setor de Defesa).

BRASIL. Portaria Normativa nº 26/GM-MD, de 16 de abril de 2019 (Aprova a Estratégia Setorial de Defesa 2020-2031).

BRASIL. Portaria Normativa nº 94/GM-MD, de 20 de dezembro de 2018 (Aprova a Sistemática de Planejamento Estratégico Militar – MD51-M-01, 2ª ed., 2018).

INSTITUTE FOR DEFENSE ANALYSES – IDA. *A Guide to Capability-Based Planning – CBP*, Feb.2019, Doc NS D-10369, Log: H 18-000505.

BRASIL. Resolução Nº 2/CONSUG/MD, de 25 de novembro de 2019. Aprova o Planejamento Estratégico Setorial 2020-2031.

GONZALES, Lina M. TALIAFERRO, Aaron C. HINKLE, Wade P. *The Colombian Ministry of National Defense's "Transformation and Future Initiative, Retrospective on a 9-Year Cooperative Effort Between The United States Department of Defense and the Colombian Ministry of National Defense*, Oct. 2017, Doc NS P-8588, Log: H 17-000383.

MÓDULO ECEMAR

DISCIPLINA: PODER AEROESPACIAL	
CH TOTAL: 137 tempos	
EMENTA	
1) Políticas e Estratégias da ANAC; 2) Políticas e Estratégias da ABEAR; 3) Operações em Ambiente Multidomínio; 4) A Indústria Aeroespacial de Defesa; 5) O Comando de Defesa Cibernética; 6) O Emprego dos ARPs nos Conflitos Modernos; 7) O VANT e o Controle de Tráfego Aéreo; 8) A Estrutura Nacional de Defesa Cibernética; 9) A Defesa Cibernética no Comando da Aeronáutica; 10) A Defesa Cibernética no COMAE; 11) A Defesa Cibernética no DECEA; 12) A Defesa Cibernética no ambiente empresarial civil; 13) A Defesa cibernética no DCTA; 14) O domínio cibernético nos conflitos atuais; 15) Os Fundamentos e as Características do Espaço Exterior; 16) As Políticas e as Diretrizes da Área Espacial; 17) A participação do DCTA no desenvolvimento das atividades espaciais; 18) Discutindo aspectos estratégicos da área espacial; 19) Políticas e Estratégias da Agência Espacial Brasileira; 20) A Participação do CENSIPAM no desenvolvimento das atividades espaciais; 21) O Centro Conjunto de Operações de Inteligência; 22) O emprego estratégico do Planejamento Baseado em Capacidades; 23) Os Projetos Estratégicos da FAB e os Cenários de Atuação Futuros; 24) A contribuição da COPAC para o Poder Aeroespacial do Brasil; 25) Transformando Tecnologias em Capacidades Militares; 26) O Poder Aeroespacial do Comando Sul dos EAU; e 27) O Poder Aeroespacial nas Guerras Atuais.	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
a) analisar políticas e estratégias ligadas ao desenvolvimento do Poder Aeroespacial do país(An); b) apreciar os reflexos do desenvolvimento da Base Industrial de Defesa na capacidade do Poder Aeroespacial (An); e c) identificar a importância dos domínios espacial e cibernético para o Poder Aeroespacial (Cp).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BOYNE, Walter J., The Influence of the Air Power Upon History, Gretna, Luisiana Pelican, 2003. BRASIL. Decreto Legislativo n. 373, de 25 de setembro de 2013. Aprova a Política Nacional de	

Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. Diário Oficial da União, Seção I, p. 1, de 26 de setembro de 2013. Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>.

BRASIL. Portaria n. 664/GC3, de 10 de setembro de 2002. Aprova a Política da Aeronáutica para o Desenvolvimento da Indústria Aeroespacial. DCA 14-3. Diário Oficial da União (DOU) n. 176, de 11 set. 2002, Seção 1, p. 14.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Plano Estratégico Militar da Aeronáutica. 2018 – 2027 (PEMAER): PCA 11-47. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica: DCA 11-1. Brasília, 2020.

BRASIL, Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Aeronaves Não Tripuladas e o Acesso ao Espaço Aéreo Brasileiro: ICA 100-40. Rio de Janeiro, RJ, 2023.

BRASIL, Ministério da Defesa, Manual da Metodologia do Planejamento Baseado em Capacidades, Brasília, 2022.

BRASIL, Ministério da Defesa. Política Cibernética de Defesa -MD31-P-02, Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) – MD20- S-01. Brasília, 2018.

CAVELTY, Myriam Dunn. 2010. Cyberwar: concept, status quo, and limitations. Center for Security Studies (CSS) 71: 1–3 abril, 2013.

CURRAN, K., CONCANNON, K. and MCKEEVER, S. Cyber terrorism attacks. In Cyber war fare and cyber terrorism. New York: Information Science, 2019.

EUA. U.S. Army Training and Doctrine Command. The U.S. Army in Multi Domain Operations 2028. December 2018. TRADOC Pamphlet 525-3-1. Disponível em: [https://www.tradoc.army.mil/Portals/14/Documents/MDO/TP525-3-1_30 nov. 2018.pdf](https://www.tradoc.army.mil/Portals/14/Documents/MDO/TP525-3-1_30%20nov.2018.pdf).

FERNANDES, J. P. T. A ciberguerra como nova dimensão dos conflitos do século XXI. Folheto de Relações Internacionais da UFRJ: Rio de Janeiro, 2012.

HOFFMAN, F. G. 2007. Conflict in the 21st century: the rise of hybrid wars. Virginia: Potomac Institute for Policy Studies Arlington.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). (Org.). Mapeamento da Base Industrial de Defesa. 1ed. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2016, v.1, p. 1-737. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28101.

LOBATO, L. C. and KENKEL, K. M. Discourses of cyber space securitization in Brazil and in the United States. Revista Brasileira de Política Internacional 58, 2015, no. 2: p. 23–43.

KOSSIÁKOKK, Alexander et al. Systems Engineering Principles and Practice. John Wiley & Sons, 3 Edicion, 2020.

LELE, Ajey. Disruptive Technologies for the militaries and security. Singapore: Springer, 2019.

MATOS, ILCF, FARIAS, ID, A Mineração no Espaço Exterior e o Interesse Público global: uma Análise dos Regulamentos Nacionais e Internacionais. Revista de Direito da UNB, 7ª edição, 2020, (pp. 25 - 49).

PERES HF. Desenvolvimento de Veículos Aéreos Não Tripulados no Brasil: Interesses Nacionais, Desafios Internacionais. Conjuntura Austral. 2015; v. 6, n. 31, p. 29- 41.

SHEEHAN, Michael. The international politics of space. London: Routledge, 2007.

WEBERT, L.B.S. As Duas Dimensões do Uso Militar do Espaço. Revista da Escola Superior de Guerra, vol. 37, Rio de Janeiro, 2022.

WRAGE, Stephen D., Modern Air Warfare: Participants Reflect on the Air Campaigns Over Kosovo,

Afghanistan and Iraq. London, Praeger, 2013.
DISCIPLINA: GERENCIAMENTO DE CRISE CHTOTAL: 80 tempos
EMENTA
1) Teoria de Crise; 2) Solução de Problemas Complexos; 3) Os atores envolvidos nas Crises entre Estados; 4) A diplomacia nas situações de crise; e 5) Exercício de Manobra de Crise.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) analisar as etapas do desenvolvimento de uma crise entre Estados (An); b) examinar o papel de cada expressão do Poder Nacional no decorrer de uma crise entre Estados (Ap); c) identificar a atuação de atores estatais e não-estatais durante uma crise entre Estados (Ap); d) empregar a conduta adequada junto à mídia, no gerenciamento de uma crise entre Estados (Ap); e e) elaborar medidas e procedimentos para a gestão de uma crise entre Estados (Ap).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BOIN, A.; MCCONNELL, A.; 'T HART, P. Governing after crisis: the politics of investigation, accountability and learning. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2008. FINK, S. Crisis management: planning for the inevitable. New York, NY: American Management Association, 1986. MITROFF, I. I. Crisis leadership: planning for the unthinkable. Hoboken, NJ: Wiley, 2004. OECD. Emerging risks in the 21st century: an agenda for action. Paris: OECD, 2003. PEARSON, C. M.; ROUX-DUFORT, C. e CLAIR, J. International handbook of organizational crisis management. Los Angeles: Sage Publications, 2007. SILVEIRA dos SANTOS, R. A. Uma teoria substantiva do processo de liderança em momentos de crise organizacional: o caso das empresas de distribuição de energia elétrica. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 257f. Florianópolis, 2012. WEICK, K. E. e SUTCLIFFE, K. M. Managing the unexpected: assuring high performance in an age of complexity. 1st. San Francisco: Jossey-Bass, 2001.

DISCIPLINA: POLÍTICA CH TOTAL: 168 tempos
EMENTA
1) A Política Nacional de Defesa; 2) A Política Militar de Defesa; 3) Políticas de Direitos Humanos Nacional e Internacional; 4) Noções Atuais de Geopolítica; 5) Pensamentos sobre as Relações Internacionais; 6) Economia de Defesa; 7) As Políticas e os Desafios da Base Industrial de Defesa; 8) Geopolítica Aeroespacial; 9) As características dos Estados Contemporâneos; 10) Teorias do Poder e Organização Política do Brasil; 11) As Organizações Supranacionais (ONU, OEA, FMI, OPREP, OMS) no Mundo Atual; 12) As Relações Cívico-Militares; 13) Dimensão Histórica da Guerra; 14) A Geopolítica envolvida na Antártica; 15) A Geopolítica envolvida no Ártico; 16) A participação do Brasil nas Missões de Paz da ONU; 17) A Diplomacia como um Poder do Estado; 18) Panorama atual da Europa e da Rússia; 19) Panorama atual da Ásia e da China; 20) Panorama Atual do Oriente Médio e África; 21) Panorama atual dos Estados Unidos e da América do Sul; 22) Panorama Atual dos Países do Entorno Estratégico; 23) As Organizações Criminosas Transnacionais (PCC/CV/ADA/FDN); 24) Panorama atual da ABIN e suas perspectivas para o futuro; 25) Políticas e perspectivas da Polícia Federal/Polícia Rodoviária Federal; 26) Características dos Estados falidos; 27) Teoria dos Conflitos Modernos; 28) A Nova Guerra Fria (EUA X CHINA); e 29) Visão Estratégica das Expressões do Poder Nacional.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) examinar os principais aspectos relativos à visão política de Defesa Nacional (An); b) identificar as características atuais dos Estados (An); c) apreciar os preceitos teóricos e doutrinários que fundamentam as expressões do Poder Nacional (An); e d) analisar a conjuntura geopolítica internacional (An).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERSON, Matthew Smith. The Rise of Modern Diplomacy. London: Longman, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Decreto Legislativo n. 373, de 25 de setembro de 2013. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. Diário Oficial da União, Seção I, p. 1, de 26 de setembro de 2013. Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>.

BRASIL. Decreto n. 592, de 06 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>.

BRASIL. Decreto n. 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. Manual Básico do Poder Nacional. Rio de Janeiro: ESG, 2012

BRASIL. Lei n. 12.598, de 21 de março de 2012. Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei n. 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Manual de Procedimentos da Prática Diplomática Brasileira. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/manual-de-procedimentos/manual-de-procedimentos-pratica-diplomatica>>.

BRASIL. Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Ciência e Antártica para o Brasil: um plano de ação para o período 2013-2022. Brasília: MCTI, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/TTU3PS>>.

BRASIL. Portaria n. 664/GC3, de 10 de setembro de 2002. Aprova a Política da Aeronáutica para o Desenvolvimento da Indústria Aeroespacial. DCA 14-3. Diário Oficial da União (DOU) n. 176, de 11 set. 2002, Seção 1, p. 14.

CARVALHO, J. M. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005.

CORREA FILHO et. al. Panorama sobre a indústria de defesa e segurança no Brasil. BNDES Setorial 38, p. 373-408, Rio de Janeiro, 2013.

DAGNINO, R. Em que a Economia de Defesa pode ajudar nas decisões sobre a revitalização da Indústria de Defesa brasileira? OIKOS. Rio de Janeiro. n 9, 2008.

D'ARAUJO, M. C. Militares, democracia e desenvolvimento: Brasil e América do Sul. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 264 - 270.

FIORI, José Luís. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul, Revista de Economia Heterodoxa - Oikos nº 8, ano, ano VI. 2007.

GASPAR, C. A Rússia e a Segurança Européia. Editora Instituto de Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 1998.

GIANTURCO, A. A Ciência da Política: uma introdução. São Paulo: Forense Universitária, 2020.

HAYS, P. L. Space and Security: A Reference Handbook. Santa Barbara: ABC-CLIO, LLC, 2011.

HELLER, H. 1987. Teoria do Estado. Cidade do México: Editora Cultura Económica, 2015.

HERZ, Mônica. HOFFMANN, Andréa Ribeiro. TABAK, Jana. Organizações internacionais: história e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. (pp. 38-67, 132-164).

HUTINGTON, Samuel Phillips. O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1996.

JACKSON & SORENSSEN. Introdução às relações internacionais: Teorias e abordagens. Rio de

Janeiro: Zahar, 2018.

LAFEBER, W. The American Age: U.S. foreign policy at home and abroad 1750 to the present. 2.ed. New York: W. W. Norton & Company, 1994.

LAZARI, R; OLIVEIRA, B. B; GERMINARI, J. P. Manual de Ciência Política & Teoria Geral do Estado. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2021.

LIMA, M.R.S; HIRST, M. Brasil como país intermediário e poder regional. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LOCKE, J. Segundo Tratado sobre o Governo. São Paulo: Editora M. Fontes, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. A Diplomacia como Poder entre os Estados, Coimbra: Almedina, 2009.

MAGNOTTA, F. A Política dos Estados Unidos para a China na América Latina no início do século XXI: acomodação versus confrontação. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/183594/magnotta_fp_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y>.

MARSHAL, T. Prisioneiros da geografia: 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MONIÉ, F. Questões Geopolíticas Contemporâneas na África Subsaariana. Boletim Geoáfrica UFRJ 3º edição, Rio de Janeiro, 2022.

PECEQUILO, C. S. A política externa dos Estados Unidos. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2005.

PINHEIRO, A.S. O Conflito de 4ª Geração e a Evolução da Guerra Irregular. Revista PADECEME Nº 16 3º Quadrimestre de 2007, pp 17 – 32.

SADEH, E. (Ed.). The Politics of Space: A Survey. London, New York: Routledge, 2011.

DISCIPLINA: ESTRATÉGIA CH TOTAL: 176 tempos
EMENTA
1) Estratégia Nacional de Defesa; 2) Estratégia Militar de Defesa; 3) Elaboração de Cenários Prospectivos; 4) Método Grumbach de Elaboração de Cenários Prospectivos; 5) Cenários prospectivos de Defesa; 6) Liderança estratégica em condições de crise (estudos de caso); 7) Estratégias de negociação a nível institucional (Teoria dos Jogos); 8) Energia de origens fósseis; 9) Energia de origens renováveis; 10) Energia de origem nuclear; 11) Governança Estratégica; 12) Governança de Defesa; 13) Governança Institucional no COMAER; 14) Macroeconomia; 15) Orçamento do COMAER; 16) Gerenciamento de Sistemas Complexos; 17) Gerenciamento de Grandes Projetos; 18) Políticas de fomento a inovação no COMAER; 19) Planejamento estratégico no âmbito do Ministério da Defesa; 20) Planejamento Estratégico no âmbito da Marinha do Brasil; 21) Planejamento Estratégico no âmbito do Exército Brasileiro; 22) Planejamento Estratégico no âmbito do COMAER; 23) Programa de Inovação Estratégica do EMAER; 24) Operações Interagências <i>Yanomami</i> e <i>Excelsior</i> - experiências dos comandantes(estudo de caso); 25) Estratégia e Gestão Jurídica Institucional; 26) Mídia e Defesa Nacional; 27) Visões do Futuro; 28) Logística no Ministério da Defesa; e 29) Sistema Nacional de Mobilização.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) planejar sistemas de governança institucional, em contextos organizacionais complexos, no âmbito das atividades de Defesa Nacional (Ap); b) elaborar planejamentos de nível estratégico de defesa (Ap); c) analisar cenários prospectivos com possibilidades de impactar o planejamento institucional da FAB (An); e d) identificar a importância da inovação no gerenciamento institucional das atividades executadas na área de defesa (An).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL. Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial, Brasília, DF: Imprensa Nacional, Seção 1, Edição Extra, 10 de junho de 1999. BRASIL. Decreto Legislativo n. 373, de 25 de setembro de 2013. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. Diário Oficial da União, Seção I, p. 1, de 26 de setembro de 2013. Disponível em:

<www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Diretriz de Planejamento Institucional: DCA 11-118. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Plano Estratégico Militar da Aeronáutica. 2018 – 2027 (PEMAER): PCA 11-47. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, DF. 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria GM-MD Nº 3.063, de 22 de julho de 2021 - Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) para a Defesa Nacional . Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria GM-MD Nº 3605, de 30 de agosto de 2021, aprova o Plano de Gestão do Ministério da Defesa para o período 2020-2023. (PG-MD 2020-2023).

CHIANG, J.-T. Technological Spin-Off: Its Mechanisms and National Contexts. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 390, p. 365–390, 1992.

Corrêa, C. R., de Medeiros, T. P., & Guimarães, G. A. (2021). The future of nuclear energy and maritime power relations. *Brazilian Journal of Radiation Sciences*, 8(3A). <https://doi.org/10.15392/bjrs.v8i3A.1520>.

Davis, P. K. (2002). *Analytic architecture for capabilities-based planning, mission-system analysis, and transformation*. Cambridge: Cambridge University, 2015.

EDLER, J.; FAGERBERG, J. Innovation policy: what, why, and how. *Oxford Review of Economic Policy*, 33(1), 2-23, 2017.

FARAHANI, Reza Zanjirani; REZAPOUR, Shabnam; KARDAR, Laleh. *Logistics Operations and Management: Concepts and Models*. Elsevier Inc. 2011.

GRUMBACH, Raul José dos Santos. *Prospectiva: A Chave para o Planejamento Estratégico*. Rio de Janeiro: Cetau, 1997.

KRESS, Moshe. *Operation and Logistics: the Art and Science of sustaining military operations*. Kluwer Academic Publishers. 2002.

LAIMER, V. R. Gestão do conhecimento: processo estratégico e complexo nas organizações. In: LAIMER, V. R. (org.). *Gestão estratégica de pessoas*. Passo Fundo: Méritos, 2012.

MARCIAL, E. C. *Análise estratégica: estudos de futuro no contexto da Inteligência Competitiva*. Brasília: Thesaurus Editora, 2011.

MARTINO, L. M. S. *Teoria da comunicação: Ideias, conceitos e métodos*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2017.

MATESCO, V. R.; SCHENINI, P. H. "Economia para não Economistas: princípios básicos de economia para profissionais em mercados competitivos". 8ª edição. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005.

SOUSA, G.; GROESBECK, R. *Enterprise Engineering: Managing Dynamic Complexity and Change at the Organizational Level*. *Proceedings of the American Society for Engineering Management Conference*, 2011.

QUINN, R. et al. *Competências gerenciais: a abordagem de valores concorrentes na gestão*. Tradução de Sabine Alexandra Holler. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

DISCIPLINA: GESTÃO INSTITUCIONAL CH TOTAL: 63 tempos
EMENTA
1) Os Programas Estratégicos do COMGEP e suas ações de Comando nas áreas sob gestão da DIRAP, DIRENS e DIRSA; 2) Os programas Estratégicos do COMAE e suas consequências para o Futuro da Força Aérea Brasileira; 3) O COMPREP e sua Posição Estratégica no cenário da operacionalidade da Força Aérea Brasileira; 4) A SEFA e a Administração Financeira na Força Aérea Brasileira; 5) O CENCIAR como elemento estratégico na condução do valor e da imagem institucional do Comando da Aeronáutica; 6) O planejamento como fator de sucesso na construção de uma Força Aérea do Futuro (EMAER); Projetos Estratégicos: visões e óbices no âmbito do COMGAP; 7) Os programas estratégicos do DECEA e o panorama futuro da Aviação Nacional (DECEA); 8) As campanhas midiáticas e sua influência estratégica no novo contexto social (CECOMSAER); e 9) A FAB e as interações no campo Político com vistas à manutenção da soberania do Brasil (ASPAER). A Importância Estratégica da Base Naval de Itaguaí.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) examinar a atual política do ODS, assim como a estratégia decorrente, os planos, os programas, as barreiras e as ações para o futuro (An); e b) discutir a contribuição de cada ODS para o desenvolvimento do Poder Aeroespacial e para a Defesa Nacional (An).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, Senado, 1998. BRASIL. Decreto Legislativo n. 373, de 25 de setembro de 2013. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. Diário Oficial da União, Seção I, p. 1, de 26 de setembro de 2013. Disponível em: < www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf >. BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Diretriz de Planejamento Institucional: DCA 11-118. Brasília, DF, 2019. BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Plano Estratégico Militar da Aeronáutica. 2018 – 2027 (PEMAER): PCA 11-47. Brasília, 2018. BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica: DCA 11-1. Brasília, 2020.

Código do OA	
Subunidade	
Módulo	
Grau (preenchido pela SCAV)	0,000

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

TIPO DE ENSAIO PREVISTO PARA O TEMA =====>

INDUTIVO/DEDUTIVO

Descrição dos Graus				
Cód	Conceito	Grau	Critério	Observações
A	Excelente	10,0	Zero erro	Graus de comentários <u>não obrigatórios</u> no campo OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR
B	Ótimo	9,4	1 erro	
C	Muito Bom	8,8	2 erros	
D	Bom	8,2	3 erros	
E	Satisfatório	7,6	4 erros	Graus de comentários <u>obrigatórios</u> no campo OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR
F	Satisfatório nos mínimos	7,0	5 erros	
G	Insuficiente	5,0	6 erros	
H	Não identificado ou inadequado	0,0	7 erros ou mais	

[illegible]

[illegible]

	30	O produto final está livre de erros de superfície (digitação e pontuação): - vírgula entre sujeito e predicado; ausência de vírgula separando oração adjetiva explicativa; vírgula separando oração adjetiva restritiva; ausência de vírgula separando oração adverbial deslocada; ausência de vírgula separando sujeitos diferentes no mesmo período; ausência de vírgula separando elementos intercalados; outros.										3%	
FORMATAÇÃO	31	Aderência ao modelo de formatação estabelecido pela ECEMAR.										1%	
	32	O trabalho segue as normas da ABNT relativas às citações e às referências.										3%	
	33	A divisão das seções, respeita a estrutura do corpo do ensaio de forma proporcional: De 5 até 7 folhas de escrita acadêmica (Introdução até a conclusão, não fazendo parte da contagem, capa, contracapa e Bibliografia).										1%	
AVALIAÇÃO GLOBAL	34	O parecer apresentado foi adequado, demonstrando relação direta entre a tese e o desenvolvimento, a partir de uma avaliação global da escrita.										10%	Grau final
OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR													0,000
- identificar numericamente o(s) item(ns) comentado(s) - comentários obrigatórios dos graus (E) (F) (G) (H)													

CONTINUAÇÃO ANEXO B – FICHA DE AVALIAÇÃO DO ENSAIO ACADÊMICO



Código do OA	
Subunidade	
Módulo	
Grau (preenchido pela SCAV)	0,000

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

ENSAIO ACADÊMICO - FICHA DE AVALIAÇÃO

TIPO DE ENSAIO PREVISTO PARA O TEMA =====>

MÉTODO DIALÉTICO

Descrição dos Graus					
Cód	Conceito	Grau	Critério	Observações	
A	Excelente	10,0	Zero erro	Graus de comentários <u>não obrigatórios</u> no campo OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR	
B	Ótimo	9,4	1 erro		
C	Muito Bom	8,8	2 erros		
D	Bom	8,2	3 erros		
E	Satisfatório	7,6	4 erros	Graus de comentários <u>obrigatórios</u> no campo OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR	
F	Satisfatório nos mínimos	7,0	5 erros		
G	Insuficiente	5,0	6 erros		
H	Não identificado ou inadequado	0,0	7 erros ou mais		

[illegible]

ASPECTOS LINGÜÍSTICOS (Gramática e Vocabulário)	24	Apresenta fluência (coesão e coerência) no texto, com uso de transições entre parágrafos e seções.										3%	
	25	Apresenta clareza linguística ao longo do ensaio.										2%	
	26	Utiliza norma culta padrão ao longo do texto correspondendo ao ambiente acadêmico observando o público-alvo.										1%	
	27	Os adjetivos, advérbios e expressões correspondem ao ambiente acadêmico, sem gírias e palavras totalizantes, observando o público-alvo.										2%	
	28	Cada parágrafo tem apenas uma ideia. (Cada parágrafo apresenta uma argumentação, respeitando a estrutura do texto)										1%	
	29	O produto final está livre de erros de morfossintaxe: - concordância nominal/verbal; regência nominal/verbal; ausência de paralelismo sintático/semântico; colocação de pronomes; emprego de articuladores; mistura de subsistemas temporais; outros.										3%	
	30	O produto final está livre de erros de superfície (digitação e pontuação): - vírgula entre sujeito e predicado; ausência de vírgula separando oração adjetiva explicativa; vírgula separando oração adjetiva restritiva; ausência de vírgula separando oração adverbial deslocada; ausência de vírgula separando sujeitos diferentes no mesmo período; ausência de vírgula separando elementos intercalados; outros.										3%	
FORMATAÇÃO	31	Aderência ao modelo de formatação estabelecido pela ECEMAR.										1%	
	32	O trabalho segue as normas da ABNT relativas às citações e às referências.										3%	
	33	A divisão das seções, respeita a estrutura do corpo do ensaio de forma proporcional: De 5 até 7 folhas de escrita acadêmica (Introdução até a conclusão, não fazendo parte da contagem, capa, contracapa e Bibliografia).										1%	
AValiação GLOBAL	34	O parecer apresentado foi adequado, demonstrando relação direta entre a tese e o desenvolvimento, a partir de uma avaliação global da escrita.										10%	Grau final
OBSERVAÇÕES DO AVALIADOR													0,000
- identificar numericamente o(s) item(ns) comentado(s) - comentários obrigatórios dos graus (E) (F) (G) (H)													

ANEXO C – FICHA DE AVALIAÇÃO DE EXPOSIÇÃO ORAL (CPEA)

OA:		Quadro:		Nome de Guerra:		
		Posto:				
ASPECTO AVALIADO		PONTUAÇÃO				GRAU
1	ARGUMENTAÇÃO DA IDEIAS (Apresentação sequenciada de dados concretos, exemplos e citações que dão suporte aos argumentos e ideias)	Apresentou dados e argumentações consistentes, sequenciais e interligados com o assunto. (2,5)	Apresentou dados e argumentações Limitados, com pouca interligação com o assunto (2,0)	Apresentou dados e argumentações inconsistentes e sem sequenciamento adequado (1,0)	Não apresentou dados e argumentações que suportassem suas ideias (0,0)	
2	Recursos Midiáticos (Utilização de recursos sensoriais que incrementem o entendimento do assunto - slides, filmes, mensagens, objetos)	Utilizou uma apresentação de fácil visualização e entendimento, utilizando recursos midiáticos de forma eficiente (2,5)	Apresentação com alguns equívocos gramaticais e com slides poluídos que prejudicaram a transmissão das mensagens para a audiência (2,0)	Empregou de forma inadequada os recursos midiáticos, tornando a apresentação enfadonha e incompreensível (1,0)	Não empregou os recursos midiáticos para realizar a apresentação do trabalho (0,0)	
3	Conduta (Maneira de expor as ideias e defender um posicionamento sobre o assunto)	Postura apropriada, natural e segura, esclarecendo eventuais dúvidas da audiência com clareza e precisão (2,5)	Demonstrou postura equilibrada, apresentando alguns erros na transmissão das ideias para a audiência (2,0)	Demonstrou postura questionável em relação ao uso de gestos e palavras perante a audiência não teve clareza na transmissão das mensagens (1,0)	Demonstrou nervosismo, utilização de palavras e gestos inadequados, além de contato visual disperso com a audiência (0,0)	
4	Controle do Tempo (apresentar o trabalho dentro dos limites mínimo e máximo de tempo)	Apresentou o trabalho de forma natural dentro do tempo previsto, relatando as ideias com fluidez (2,5)	Demonstrou um ritmo desequilibrado durante a apresentação do trabalho, dificultando a transmissão das ideias para a audiência (2,0)	Teve que se apressar para terminar a apresentação do trabalho dentro do tempo, o que prejudicou o entendimento das ideias pela audiência. (1,0)	Não conseguiu apresentar o trabalho dentro dos limites de tempo previstos (mínimo e máximo) (0,0)	

ANEXO D – FICHA DE NOTIFICAÇÃO DE REPROVAÇÃO
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

COORDENADORIA ACADÊMICA

NOTIFICAÇÃO DE REPROVAÇÃO

Informo que o OA (POSTO/GRADUAÇÃO – Sublinhar NOME DE GUERRA) _____ encontra-se reprovado no CPEA, por não cumprir com os parâmetros previstos no **PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PARA O CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA AEROESPACIAIS**, conforme o(s) item(ns) _____:

“

_____”.

FULANO DE TAL CelAv
COORDENADOR ACADÊMICO

Informo que:

() apresentarei o Requerimento de Reconsideração de Reprovação dentro do prazo de 2 dias úteis a contar da data de entrega desta notificação.

() não apresentarei o Requerimento de Reconsideração de Reprovação.

Data: ____/____/____

OA

ANEXO E – REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO DE REPROVAÇÃO**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA****COORDENADORIA ACADÊMICA**

REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO DE REPROVAÇÃO Nº ____ / ____

01 – OA: (POSTO / GRADUAÇÃO – Sublinhar NOME DE GUERRA)

Nome: _____

Curso: **CPEA****02 – MOTIVO DA REPROVAÇÃO NO CURSO:**

Data da notificação: ____ / ____ / ____

Enquadramento da reprovação, conforme notificação:

03 – JUSTIFICATIVAS: (descrição completa e detalhada dos motivos que fundamentam a solicitação)

Diante da minha reprovação, solicito reconsideração, conforme motivos a seguir:

04 – ENTREGA DO PEDIDO: (entregar em até dois dias úteis)

Entregue em: ____ / ____ / ____

OA

FULANO DE TAL Cel Av
Chefe do Subcoordenadoria de OA do CPEA

05 – DECISÃO DO COMANDANTE:

() Deferido () Indeferido

Em: ____ / ____ / ____

Brig. Ar BELTRANO DE TAL
Comandante da ECEMAR

06 – NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO:

Declaro que estou ciente.

Em: ____ / ____ / ____

OA

07 – RECEBIDO NA SECRETARIA DA COORDENAÇÃO ACADÊMICA PARA PUBLICAÇÃO E ARQUIVO:

Em: ____ / ____ / ____

SICRANO DE TAL Cel Av
Coordenador Acadêmico